

CIBEC/INEP



B0028136

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - SEESP

**Programa de Capacitação de Recursos Humanos
do Ensino Fundamental
Educação Especial - Caderno de Estudo**

3pr
2

**SÉRIE
ATUALIDADES PEDAGÓGICAS**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República Federativa do Brasil

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação e do Desporto

Luciano Oliva Patrício

Secretário Executivo

Marilene Ribeiro dos Santos

Secretária de Educação Especial



Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental Educação Especial

Série
Atualidades Pedagógicas

Marcello Nunes de Alencar

Governador do Estado do Rio de Janeiro

Carmem Lucia Macedo

Secretário de Estado de Administração

Fundação Escola de Serviço Público - FESP RJ

Maria de Lourdes Tavares Henriques

Diretora-Presidente

Vera Lúcia Flor Sénéchal de Goffredo

Assessora Especial de Educação à Distância

Amor José Guapyassú Trovão

Marli Marques Sperle

Renato Ribeiro Peres Machado (*Projeto Gráfico*)

Sandra Celidonio Dation Teixeira

Virgínia Natal Nogueira

Equipe de Educação à Distância

Distribuição Gratuita

1998

"O que ainda me preocupa é a harmonia entre os homens, a confiança e o respeito que deve existir entre todos aqueles que, convivendo, constroem o presente e o futuro.

Gostaria de ver, nesse conjunto de pessoas - *desde a portadora de deficiência mais profunda à mais talentosa, da mais desajustada à mais integrada* - todas irmanadas e membros de uma só família, ajudando-se e respeitando-se mutuamente"

Helena Antipoff

SOBRE ESTE CADERNO

Os conteúdos que serão apresentados a você estão divididos em 5 Unidades, a saber:

UNIDADE 1 SOCIEDADE E

EXCLUSÃO

UNIDADE 2

O MOVIMENTO DE EXCLUSÃO NA ESCOLA: DIFERENÇAS E DEFICIÊNCIAS

UNIDADE 3

O MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO NA ESCOLA

UNIDADE 4

A ESCOLA INCLUSIVA: ENFOQUE PARA O 3º MILENIO

UNIDADE 5 O PAPEL do Currículo na

Escola Inclusiva

Para esses conteúdos, selecionamos uma bibliografia atualizada que você encontrará no final deste Caderno.

Para facilitar a sua compreensão de alguns termos, organizamos um glossário que se encontra ao final do Caderno de Estudo.

Deste modo, tentamos pensar "tudo" para que este Caderno seja auto-suficiente. Afinal de contas, ele será o grande mediador do seu processo ensino-aprendizagem.

Bem, mas não pense que você ficará sozinho, nós estaremos à sua disposição no horário de tutoria, bem como aguardamos suas cartas para maiores esclarecimentos.

Ah ! Vale lembrar, também, que você pode estudar junto com outros colegas, ou se reunir periodicamente para uma discussão mais ampla.

Não se esqueça, você deve criar o hábito de estudar duas horas por dia, não precisando estudar nos feriados, sábados e domingos. Porque quando foi prevista a carga horária de estudo à distância, não foram considerados esses dias acima citados.

OBJETIVOS DO CURSO

Desejamos que ao final deste curso você seja capaz de:

- V conhecer os mecanismos de exclusão na sociedade
- V estabelecer a distinção entre conceitos de diferença e deficiência
- V analisar criticamente o sistema de integração do aluno portador de necessidades educacionais especiais na escola
- V identificar o redesenho da escola e o papel do professor frente à inclusão dos portadores de necessidades educacionais na escola regular
- V reconhecer a importância do papel do currículo na Escola Inclusiva

DURAÇÃO PREVISTA

Este curso tem uma carga horária para o estudo à distância de 52 horas e 18 horas de estudo presencial.

Assim, não esqueça das recomendações que fizemos na apresentação deste Caderno de Estudo.

AVALIAÇÃO

Além de se levar em consideração a sua frequência, o seu desempenho será avaliado através de atividades individuais, trabalho em grupo e a prova final.

Bem, acreditamos que este bate-papo inicial tenha sido esclarecedor para você. Agora, só resta mãos-à-obra!

BOASORTE!

UNIDADE 1

SOCIEDADE E EXCLUSÃO

"Eu pensava que era pobre. Aí, disseram que eu não era pobre, eu era necessitado. Aí, disseram que era autodefesa eu me considerar necessitado, eu era deficiente. Aí, disseram que deficiente era uma péssima imagem, eu era carente. Aí, disseram que carente era um termo inadequado. Eu era desprivilegiado. Até hoje eu não tenho um tostão, mas já tenho um grande vocabulário".

(Feiffer)

Para se abordar o tema da educação inclusiva, tão atual na abordagem educacional relativa aos portadores de necessidades educacionais especiais, é preciso conversarmos um pouco sobre o significado mais amplo do conceito oposto, o da exclusão. O tema da exclusão adquiriu força maior no Brasil nessa última década. A exclusão tem uma articulação direta com a dinâmica social como um todo, em especial com os desdobramentos do modo de produção capitalista (Fontes, 1997). Assim, são excluídos do processo de produção todos aqueles que, por uma razão ou outra, não conseguem produzir de forma rápida e eficiente.

O que se considera hoje como exclusão social, na realidade abrange diferentes concepções ao longo da história. As pessoas que apresentam dentro do contexto social uma disfunção ou inadaptabilidade individual acabam por gerar ações governamentais ou de parte da sociedade civil organizada, que se traduzem em uma técnica corretiva de reparação, caracterizada

por uma intervenção social, do tipo filantrópica ou de assistência social. As dificuldades ou limitações que levam a esta inadaptação podem entretanto ser superadas pelo sistema educacional ou ainda através de diferentes acompanhamentos feitos por serviços especializados.

Já há algumas décadas, especialmente a partir dos anos 60, os trabalhos de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari abordam o tema. O termo exclusão foi utilizado por Foucault da mesma forma que banimento, reclusão, expulsão (Foucault, 1961). Para ele, exclusão está diretamente relacionada às formas de distribuição de poder, encontrando-se o termo ligado a controle social e disciplinarização, circulação de poder e constituição de hierarquia. Foucault chama a atenção para as diferentes modalidades segregadoras, que eram consideradas como um processo totalmente natural pela sociedade, a partir do século XVII. Durante esse tempo, os doentes mentais, por exemplo, eram encarcerados e, por vezes, até acorrentados, no caso de oferecerem algum tipo de "perigo" aos funcionários ou aos demais internos das instituições psiquiátricas. A segregação em instituições psiquiátricas, severamente criticada na obra de Foucault, bem como os trabalhos dos autores referidos acima, abriu uma discussão nas últimas décadas sobre o significado da segregação social.

O aperfeiçoamento da democracia foi outro aspecto que veio a questionar a segregação social. Hoje presta-se atenção maior à **diversidade**, respeitando-se os diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos, culturais e sexuais. Critica-se hoje em dia a estigmatização de determinados grupos sociais, e a sua inferiorização. Isto acontece, por exemplo, com as prostitutas e os leprosos, que acabaram fazendo valer os seus direitos e

reivindicam maior informação à sociedade para que o preconceito diminua. A segregação pode ser em função da origem de moradia (formação de guetos como dos negros ou portoriquenhos em cidades americanas), da origem étnica, religiosa ou sexual. Gimeno Sacristán (in Tomás Tadeu Si va, 1995) chama atenção para o problema da participação de alunos ciganos em escolas espanholas, alertando que a escola deve estar preparada para a diversidade, oferecendo um currículo multicultural.

Lígia Amaral (1994) estabelece uma comparação entre os problemas vividos pelo movimento feminista no Brasil e o movimento pela integração das pessoas portadoras de deficiência. A notável semelhança entre os dois grupos se reflete pelas mesmas lutas, em busca do direito à inserção e à identidade social. Ela se apoia no livro "Elogio da diferença", de Oliveira (1991):

"Mudou o lugar social das mulheres, mudou sua experiência do mundo. As mulheres ficaram, assim, divididas entre passado e futuro, entre memória e projeto".

(p.14)

Lígia Amaral diz que o mesmo poderia ser dito das pessoas portadoras de deficiência: mudado o seu lugar social, viram-se divididas entre passado e futuro, entre memória e projeto - da morte ou isolamento à presença no mundo, do "infantilismo" socialmente construído à maturidade possível a cada um.

Na verdade, a escola, durante muito tempo, excluiu o aluno portador de deficiência, seja rejeitando sua matrícula, recomendando a segregação ("*Ele deve ir para uma escola especial* "), seja considerando-o um cidadão de segunda classe.

se (aceita-o, mas não promove seu desenvolvimento educacional).

Um sociólogo francês, Bourdieu, fala que a linguagem é um **capital lingüístico** e quem fala melhor tem um **preço** melhor o da autoridade lingüística. Vamos fazer uma comparação com a educação. Se considerarmos que ela é uma forma de investimento, o capital humano é maior e mais poderoso para aqueles que aprendem mais, melhor e mais rápido. Nesse caso, os portadores de deficiências estariam levando um enorme **prejuízo**. E isso só ocorre porque existe o estigma de que eles não têm capacidade de se educar e de produzir. Portanto, têm dificuldades de se inserir no mercado de trabalho de forma eficiente. Isso é, na verdade, uma grande mentira. Porque? Porque há atividades ocupacionais que são melhor desempenhadas por pessoas que possuem uma deficiência. Por exemplo, um surdo é capaz de desempenhar atividades que envolvem muitos ruídos de forma mais eficaz, já que o barulho não o incomoda e, portanto, não distrai sua atenção. Um cego pode trabalhar melhor em revelação de radiografias ("câmara escura"), já que a falta de luz não o prejudica.

Não podemos negar que a deficiência traz uma limitação, mas como diz Edler (1997, p.54):

"Sem deixar de reconhecer as limitações impostas pela deficiência (um surdo não pode ouvir, um cego não pode ver...), fica o alerta de que tais limitações, por si só, não são impeditivas de auto-realização dos indivíduos. O contexto social, com suas regras, é que lhes impõe pautas de condutas que, se não forem cumpridas, os toma desviantes, incapacitados..."

Como dissemos anteriormente, as pessoas portadoras de deficiência viam-se sem memória e sem projeto, passaram da morte ou isolamento à presença no mundo, sendo tratados freqüentemente de forma infantil. Então vocês observem que o tratamento dado às pessoas portadoras de deficiência, ao longo da história da humanidade, também se transformou.

No entanto, é possível se constatar alguns avanços (lentos mas graduais) na maneira como a sociedade lidou com a questão da deficiência. Na era pré-cristã, período da Antigüidade, os portadores de deficiências não só não tinham direito à educação, como não tinham direito à vida. Eram exterminados, sacrificados em homenagem aos deuses. Durante a Idade Média, com a religiosidade em alta, ter um filho portador de deficiência era entendido como um "castigo dos deuses" e era necessário levar uma vida de abnegação, protegendo-o e compadecendo-se dele. Nos últimos séculos, a partir do XVII, assim como a loucura era tratada de forma segregacionista, em asilos, também a deficiência era segregada da sociedade. Emergiu então, a partir do século XIX, uma nova mentalidade: instituições educacionais dedicadas a prover uma educação especializada e o movimento social da filantropia, considerando que aqueles que se dedicassem à ajuda e à assistência a esse segmento da população "alcançariam o reino dos céus". Foi assim que D. Pedro II funda no Brasil o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant, e o Imperial Instituto de Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Bem, do extermínio da pessoa até chegar ao início de uma tentativa de educação especializada, convenhamos que houve avanço. Do século passado para cá, houve uma evolução

na abordagem educacional, o que trataremos no texto seguinte, ao falarmos sobre os conceitos pré-inclusivistas.

Mas antes, vamos tentai lembrar dos assuntos abordados neste texto. Para isso, faça os seguintes exercícios de fixação, respondendo ao que se pede.

EXERCÍCIOS

1. Escolha a melhor resposta:

a) A exclusão, no entendimento de Foucault, está diretamente relacionada a:

- ☐ educação como sistema
- ☐ filantropia
- ☐ formas de distribuição do poder
- ☐ doença mental

b) Para ele, o poder é ligado a:

- ☐ constituição da hierarquia
- ☐ diversidade cultural
- ☐ filantropia
- ☐ democracia

c) Durante algum tempo, os portadores de deficiências, assim como os doentes mentais, eram:

- ☐ acorrentados
- ☐ punidos
- ☐ protegidos
- ☐ segregados

d) A segregação em asilos e o aperfeiçoamento da democracia contribuíram para se questionar a:

- ☐ escola especial
- ☐ segregação social
- ☐ filantropia
- ☐ visão assistencialista

e) A diversidade respeita as diferenças dos grupos:

- () étnicos
- () sociais
- () religiosos
- () todas as respostas acima

2. Complete com suas palavras:

a) A elaboração de um currículo multicultural na Espanha foi decorrência de _____

_____.

b) A associação que se faz entre o movimento feminista e o dos portadores de necessidades educativas especiais é que ambos _____

_____.

c) A teoria do capital humano traz _____ à inserção dos portadores de deficiências no mercado de trabalho.

d) Não é a deficiência que impede a auto-realização dos indivíduos e sim _____

_____.

e) Os portadores de deficiência eram exterminados durante a _____.

3. Agora responda: Você acha que todos têm o direito de ser diferente? Por que?

Vire a página e confira suas respostas:

RESPOSTAS

1

- a) formas de distribuição de poder
- b) constituição de hierarquia
- c) segregados
- d) segregação social

2

- a) terem alunos ciganos nas escolas e terem que lidar com a diversidade
- b) têm as mesmas lutas pela inserção social e pela identidade social
- c) prejuízos
- d) o contexto social, através de suas regras
- e) Antiguidade

3

Sim, porque com o aperfeiçoamento da democracia, surgiram críticas a qualquer tipo de segregação social. Deve-se respeitar a diversidade, qualquer que seja ela.

Bem nesta primeira parte nós tratamos de uma maneira mais geral sobre o assunto da exclusão na sociedade. Se você acertou todas as respostas acima, você está habilitado a continuar sua leitura. Se você fez alguns erros, volte ao texto para perceber porque você errou e entender a resposta certa. Está bem? Então, vamos em frente!

UNIDADE 2 O MOVIMENTO DE EX- CLUSÃO NA ESCOLA: DIFERENÇAS E DEFICIÊN- CIAS.

Você estudou na Unidade 1, a sociedade e seus mecanismos de exclusão frente às diferenças.

Entretanto não podemos esquecer que estes mecanismos que marcam presença em toda a história da humanidade, se reproduzem em todas as Instituições.

Vamos, então, nesta Unidade conhecer os mecanismos de exclusão que a Escola cria no seu interior por não saber lidar com a diversidade, com a diferença.

Para isto, vamos dividir a nossa conversa em dois momentos: primeiro vamos esclarecer uma questão fundamental - a distinção entre diferenças e deficiências; depois vamos conhecer as deficiências.

Vamos começar?

2.1 DISTINÇÃO ENTRE DIFERENÇAS E DEICIÊNCIAS

Inicialmente, precisamos fazer para você uma distinção entre diferenças e deficiências.

Porquê?

Porque durante muito tempo e até hoje a nossa escola não consegue fazer esta distinção, mas isto é fundamental, vimos observando que por conta deste desconhecimento a escola vem no seu interior produzindo "deficiência", e na verdade, isto é um grande perigo. Diante desta atitude a escola está só corroborando com as marcas que carrega: autoritarismo e elitismo, características de nossa realidade social.

Como diz Freitas (1989), a escola hoje tem sido muito questionada: sua função, para quem serve, sua forma de ensino. As respostas da escola a tais questões têm sido puramente defensivas, seja negando-as, como se fossem irracionais, seja eximindo-se de qualquer responsabilidade, justificando-se com o argumento de que nada pode fazer diante da miséria social do país.

Por outro lado, nossa escola não caminha para a direção de uma "pedagogia da pergunta", ela não permite que seus alunos falem, perguntem ou "errem". Ela continua pautando sua prática pedagógica numa "pedagogia da resposta", inculcando nos alunos conteúdos alienados e completamente dicotomizados de suas realidades sociais.

E você sabe quem mais sofre com isso?

São os alunos oriundos das camadas populares, maioria da

população escolar brasileira, a escola lhes apresenta um modelo de educação que serve somente à camada dominante, a burguesia.

Portanto, esses alunos vivem no interior da escola, uma constante contradição, vêm com uma historicidade de vida, vêm de um universo cultural que não corresponde ao universo cultural burguês, e aí, eles fracassam. A escola rapidamente atribui este fracasso às suas condições psicossocioeconômicas, justificando os altos índices de evasão e repetência escolar. A escola começa, então, a rotular esses alunos de incapazes, ignorantes, preguiçosos e deficientes.

Este quadro se justifica porque a escola não quer reconhecer as características reais de sua população escolar. Ela não consegue conduzir sua prática pedagógica voltada para atender a heterogeneidade, ou seja, diversidade sócio-cultural existente em seu interior, e mais nossas escolas pautam suas práticas pedagógicas, segundo Paulo Freire, na educação bancária, pressupõe que os alunos nada sabem. Para que eles aprendam, os professores devem depositar o seu conhecimento na consciência "vazia" deles. Em contrapartida Paulo Freire propõe a educação libertadora, que parte do princípio de que o homem conhece quando age e reflete sobre sua ação, sendo capaz de transformar o mundo à medida que se transforma.

Esta maneira de pensar de Paulo Freire muito se assemelha à teoria de Piaget, que segundo ele, o homem desde o nascimento, constrói conhecimento através da ação, em interação com o meio.

Portanto, a escola precisa entender que cada cultura é uma cultura, não há melhores ou piores, quando se vive experiências

distintas, umas ensinam as outras, ou aprendem com as outras. Para nos descobrirmos precisamos nos mirar no outro, compreender o Outro para nos compreender.

Sendo assim, toda prática educativa calcada no pré-estabelecido é burocratizante e antidemocrática.

Agora, pare um pouco e pense.

A nossa escola se conduz dessa maneira, ou seja, não atendendo às reais necessidades e interesse de seus alunos; cria estigmas para estes alunos (como já vimos anteriormente), tais como serem chamados de "incapazes", "preguiçosos", "deficientes", etc.

Você já imaginou como fica o auto-conceito desses alunos?

E mais, você sabia que o auto-conceito do aluno é dado relevante para compreender seu processo de aprendizagem/desenvolvimento?

Assim, quando a escola lhe imprime rótulos está corroborando para um auto-conceito negativo. Portanto quando a criança passa a possuir expectativas negativas em relação a si mesma, deixando de acreditar em suas diversas possibilidades, assim o resultado escolar pode confirmar suas expectativas em relação a si mesma.

Por outro lado, as crianças das classes populares encontram enormes barreiras no cotidiano escolar. Seu comportamento é associado à falta de educação, seus valores são contraditórios ao que é proposto pela escola, seus conhecimentos não são considerados ou são tratados como desconhecimento, sua realidade deve ser deixada de lado para que em seu lugar uma outra, sob o modelo das classes dominantes, seja construída. Na escola, cotidianamente, a criança vai se reconhecendo com **o não saber**, portanto, aprenden-

do e vendo justificada a subalternidade a que é submetida.

Segundo Esteban (1992), a criança vai aprendendo a lidar com **o saber** e **o não saber** como categorias antagônicas.

Sendo o conhecimento tratado a partir de um único referencial, avalia-se como demonstração de saber apenas a coincidência daquilo que é dito pela criança com o que lhe foi considerado saber.

Assim, não considerando a diversidade de condições materiais e culturais na sociedade, e seu papel na formação da subjetividade, busca-se uma homogeneidade inexistente. Todo aquele que se mostra diferente da norma imposta é excluído.

Diante desse quadro, frente a qualquer comportamento divergente de seus alunos e pretendendo minimizar o fracasso escolar, o perigo é de que a escola, a priori, encaminhe essas crianças para a Educação Especial sem uma reflexão profunda sobre o significado do seu ato.

Denari (1986) censura a escola, quando ela valoriza as características do desempenho do aluno, como sendo o critério de maior peso, para encaminhá-lo para a Educação Especial.

Para Carvalho (1994), novas alternativas impõem-se quanto à forma de identificação e diagnóstico no atendimento a esse grupo, na tentativa de superar barreiras impostas pela escola e pela sociedade. Faz-se necessário, então, que a equipe escolar, dentro de sua realidade, conheça formas de identificação mais precisas e adequadas que lhe permita conhecer, dentre as crianças de sua escola, no início de sua escolaridade, as que realmente podem apresentar alguma dificuldade e que se implemente programas para o seu atendimento.

Preste bem atenção ao que Dotti (1993) nos disse: "A criança de classes populares, na verdade, não apresenta déficit, mas sim "diferenças" e não "deficiências".

Assim sendo, mudanças radicais fazem-se urgentes - é preciso passar-se "de uma educação que trabalhe contra a criança, para uma educação que trabalhe com a criança" (Freitas, 1990), pensando junto com ela, deixando-a construir seu próprio conhecimento, permitindo-lhe questionar e refletir criticamente.

Bem, até agora conversamos sobre a importância da escola saber lidar com as diferenças. No entanto existe uma outra diferença com que ela também precisa saber lidar - a deficiência.

Para que ela possa acolher a todos sem distinção, é necessário que ela conheça quem são esses alunos portadores de deficiência.

EXERCÍCIOS

Bem, agora, vamos ver se você entendeu a nossa conversa.

1. Complete as lacunas.

a) Para Piaget, o homem desde o nascimento, constrói seu conhecimento através da ação em interação com o _____.

b) É muito importante que a escola respeite o _____ cultural de seus alunos.

c) As crianças de classes populares, na verdade, apresentam _____ e não deficiências.

d) No processo de ensino/aprendizagem o _____ do aluno é um dado bastante relevante.

e) A escola precisa aprender a lidar com as _____ no seu projeto pedagógico.

2. O baixo desempenho deve ser único indicador para encaminhar o aluno para Educação Especial. Você concorda ou discorda desta afirmativa. Justifique.

Confira na página seguinte suas respostas.

RESPOSTAS

I.

- a) meio
- b) universo
- c) diferenças
- d) auto-conceito e)
diferenças

2. Discordo. Porque apenas o baixo desempenho não pode significar que esta criança seja portadora de necessidades educativas especiais. É importante que a equipe escolar tenha uma análise precisa desta criança em sua totalidade.

Se você acertou tudo, Parabéns ! Caso tenha errado uma ou mais questões releia a Unidade, e resolva o exercício novamente.

2.2 Os ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: HISTÓRICO DA TERMINOLOGIA, CONCEITO E CATEGORIAS.

Precisamos agora falar um pouco sobre esta parcela da população, hoje em torno de 10% a 12%. No entanto, existem, mais diferenças com as quais a escola não sabe lidar, são aquelas conhecidas como superdotadas.

Acreditamos que você tenha sempre ouvido a terminologia "excepcional" para designar essa parcela da população. Agora chegou a hora de você conhecer um pouco do histórico desta terminologia até chegar a definida pela Política Nacional de Educação Especial (1993).

Vámosla?

A terminologia que designa o excepcional vem sofrendo, ao longo dos anos, mudanças. Na verdade, a primeira terminologia adotada foi excepcional, depois pessoa deficiente, pessoa portadora de deficiência, pessoa portadora de necessidades especiais e hoje pessoa portadora de necessidades educativas especiais. Tais designações restringem-se muito ao âmbito da Educação. Entendemos que a grande preocupação é a inserção dessas pessoas na sociedade; portanto tais mudanças podem ter ocorrido no sentido de minimizar a questão do preconceito junto à sociedade. O termo deficiente implica não ser eficiente: esta conotação é muito forte, principalmente numa sociedade como a nossa, onde o modo de produção capitalista, em que é muito exigida a eficiência e a produtividade.

Podemos constatar, por nossa experiência nessa área, que tais mudanças não minimizaram a questão da marginalização

social desses indivíduos. Eles continuam a ser vistos como diferentes, "diferente do normal", "fora da normalidade", apresentando porém uma confusão conceitual que vai desde a noção de normalidade biológica ou orgânica, à concepção da normalidade sociocultural.

Tomando-se o referencial biológico, é considerado normal o sujeito que, enquanto organismo, apresenta suas estruturas preservadas. Por outro lado também, na visão social, a sociedade é vista como "... um corpo estruturado, o qual tem órgãos, sendo que cada órgão tem uma função social muito precisa" (Ribas, 1983).

Tanto na visão biológica como na visão sistêmica da realidade social, o esperado é o funcionamento equilibrado e harmonioso das estruturas que compõe o sistema.

Acontece que quando algumas pessoas apresentam respostas muito diferentes daquelas esperadas, passam a ser estigmatizadas, uma vez que não correspondem às normas e valores estabelecidos. Na verdade, o estigma não está na pessoa, ou melhor, na deficiência que possa apresentar, e sim nas normas e valores da sociedade que definem quais pessoas são estigmatizadas, desviantes.

Assim sendo, um segundo ponto a considerar é o fato de que aqueles que fogem da norma dentro do quartil inferior é que são objeto da estigmatização, pois a partir do momento que um sujeito apresenta um impedimento, foge da norma esperada, passando a ser visto como diferente dos outros, atribuindo-se a ele uma qualidade - o anormal. O mais sério de tudo isso reside no fato de que esta qualidade, em si correta, vem entretanto carregada de preconceitos e com uma conotação negativa, posto que, ele é visto como um desequilibrador desta harmonia social; quando um indivíduo apresenta grandes talen-

BI

tos, principalmente na área cognitiva, fugindo também aos padrões normais, não é considerado anormal, e na verdade ele igualmente o é.

Na medida em que o atributo se configura profundamente depreciativo, o que se vê é uma tentativa, que se transforma em quase toda uma exigência, de levar esses indivíduos a se adaptarem aos padrões reconhecidos pelo grupo social. Na verdade, esse grupo social é que deveria se adaptar à realidade dos que por motivos vários, não podem enquadrar-se nos quartis normais, não à luz do esperado, e sim dentro de suas limitações.

E a partir do fato de não querer reconhecer esse indivíduo como ele é, que surgem as ações e atitudes marginalizadoras e estigmatizadoras a essas pessoas.

Goffman (1975) expressa muito bem esta questão quando diz que "um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus".

Schneider (1981) ressalta que, uma vez definidas como desviantes, a tendência será sempre procurar nas crianças os sinais e sintomas do seu desvio: quaisquer manifestações de sua parte servirão de prova de sua excepcionalidade.

Por outro lado, a sociedade contemporânea, frente à visão distorcida que possui desses indivíduos, os ignora ou exprime sentimentos paternalistas, protecionistas e caritativos. Estes sentimentos expressos submetem os portadores de necessidades educativas especiais a condições inferiores de direitos e de funções.

Portanto, entende-se que o estigma "ser diferente do normal" não pode ser determinado apenas em função dos impedimentos de ordem sensorial, física ou mental e tais sentimentos expressos acima não podem impedir que este indivíduo seja visto em sua totalidade, valorizando-se o seu lado eficiente, garantindo-lhes o direito de exercerem sua cidadania.

Entendemos que o espaço fundamental para o início do exercício de seus direitos seja a educação.

Usufruindo do direito à Educação, recebendo o atendimento especializado que se impõe as suas necessidades, estamos certos de que passarão a ser inseridos à sociedade com seus direitos e deveres de cidadãos e respeitadas as suas limitações.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (Brasília, 1993), são considerados alunos portadores de necessidades educativas especiais aqueles que, por apresentarem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos, requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Considera-se integrantes desse grupo os portadores de:

*** DEFICIÊNCIA MEMAL**

"Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, que se origina no período de desenvolvimento, existindo, concomitantemente com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou de capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e co-

munidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho (Associação Americana de Deficiência Mental/1992)".

-> DEFICIÊNCIA VISUAL

"Redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após correção ótica".

-> DEFICIÊNCIA AUDITIVA

"É a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido".

-> DEFICIÊNCIA FÍSICA

"Variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões, sejam neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou ainda, de mal formação congênitas ou adquiridas". *i*

-> DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

"Associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva e física) com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa".

* CONDUTAS TÍPICAS

"Manifestações comportamentais típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e preju-

ízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado".

-> ALTA HABILIDADE

"Notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para as artes e capacidade psicomotora".

As pessoas portadoras de necessidades educativas especiais têm constitucionalmente garantidos o direito à Educação e ao atendimento especializado.

Cabe ainda ressaltar que a identificação desses alunos deverá ser feita com base em diagnóstico multiprofissional.

Devemos esclarecer que o momento do diagnóstico é crucial, porque os profissionais têm que estar alertas para não permitir que os conhecimentos técnicos os levem a assumir um poder e, conseqüentemente, uma prática frente ao diagnóstico que os impeçam de perceber o portador de necessidades educativas especiais como pessoa integral, como indivíduo na sua historicidade.

Bem, agora você já conheceu quem são os alunos com necessidades educativas especiais.

Você já recebeu, alguma vez, esse aluno em sua sala de aula?

Falamos nas diferenças e deficiências, esperamos que você tenha concluído que a EDUCAÇÃO É UM DIREITO DE TODOS, caso não tenha concluído, vale lembrar a você que isto é dispositivo legal da nossa Constituição Federal e, também, da Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96.

Portanto, não há saída. Vive-se um novo mundo, um novo tempo - o momento da Educação Inclusiva, recomendada na Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994, para os portadores de necessidades educativas especiais, ou seja, deve ser garantido por todo e qualquer Sistema Geral de Educação a matrícula dos portadores de necessidades educativas especiais nas escolas públicas da rede regular de ensino. A Declaração de Salamanca constitui o Anexo I deste Caderno, que se encontra no final dele.

Aliás, a nossa Constituição já garante desde 1988, no inciso III artigo 208: "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Leia com atenção este dispositivo! Observou a presença do adjunto adverbial de modo - preferencialmente? Ah! Aí é que reside o problema, quando se diz

preferencialmente, tem-se um forte viés da subjetividade. Ora, o que é preferencial para você pode não ser para mim. Diante desta situação as escolas ficam "à vontade" para matricular ou não uma criança portadora de deficiência. Desta forma, não estaremos propiciando a esta criança o exercício pleno de sua cidadania.

Já sei! Já sei o que você está pensando.

Não é verdade, o que nos dissemos sobre o que você está pensando?



Por outro lado, nós não podemos penalizar essas crianças e adolescentes pela incompetência de um sistema educacional.

Assim, teremos que propiciar a todos os alunos com necessidades educativas especiais as mesmas oportunidades pedagógicas que são dadas a todos os demais.

Para Rego (1995) a Escola deve ser um espaço para as transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade.

Portanto, precisamos saber lidar com as desigualdades internas nesta passagem de milênio. Os governos precisam formular políticas que assegurem a inclusão dos excluídos, metas de inclusão e de ampliação da cidadania

Agora, vamos ver como estão seus conhecimentos?

EXERCÍCIOS

Assinale a resposta correta:

1. O percentual de pessoas portadoras de deficiências principalmente nos países em desenvolvimento, está entre:

- ☐ 5% a 9%
- ☐ 10% a 12%
- ☐ 15% a 20%
- ☐ 25% a 30%

2. A Política Nacional de Educação Especial (1993), passou a designar o excepcional como:

- ☐ portador de deficiência
- ☐ portador de necessidades especiais
- ☐ deficiente
- ☐ portador de necessidades educativas especiais.

3. Devemos utilizar em nossos alunos portadores de deficiências suas:

- ☐ inabilidades
- ☐ incapacidades
- ☐ potencialidades
- ☐ deficiências

4. Um aluno que tenha associado duas ou mais deficiências primárias é considerado:

- ☐ psicótico
- ☐ surdo
- ☐ multideficiente
- ☐ cego

5. A identificação dos alunos portadores de necessidades educativas especiais deverá ser feita com base em diagnóstico:

- ☐ médico
- ☐ fonoaudiológico
- ☐ multidisciplinar
- ☐ psicológico

Confira suas respostas na página seguinte.

RESPOSTAS

1. 10% a 12%
2. portador de necessidades educacionais especiais
3. potencialidades
4. multideficiente
5. multidisciplinar

Se você aceitou tudo, parabéns! Se errou uma ou mais questões, releia a Unidade e resolva novamente as questões.

Se você desejar, também, para esclarecer suas dúvidas, ligue para nós no horário da tutoria.

UNIDADE 3

O MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO NA ESCOLA

Como já vimos anteriormente, a história do atendimento às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais no mundo, partiu de um período em que elas eram eliminadas, em várias civilizações, passando por uma época marcada por tímidas iniciativas de caráter filantrópico, até uma fase em que foram contempladas com o direito à educação, mas ainda marcadas pelo estigma. Essa tendência social, conseqüentemente, refletiu nos sistemas educacionais, excluindo, afastando da escola comum os menos aptos. Como diz Loffredi (1983), escamoteando ou minimizando a existência do que é "difícil", do que é "diferente" ou do que "incomoda", num movimento de segregação dessas pessoas sob a "desculpa" de bem atendê-las.

A condição de excepcionalidade carregava conotações de anormalidade, juntando-se a ela as idéias de marginalização, de incapacidade, de imutabilidade desta condição, levando a se ter uma visão pessimista dessas pessoas e provocando a sua **rotulação**, considerada indispensável no processo de seu atendimento e, conseqüentemente, a sua institucionalização, isto é, sua colocação em ambientes restritivos. A escola especial, principalmente, e outros ambientes ainda mais segregadores eram os lugares utilizados para o "treinamento" daqueles que não conseguiram aprender na escola regular. E a Educação Especial, como diz Hickel

(1993), distanciou-se do seu compromisso social, esvaziando-se no seu sentido pedagógico e se transformando num espaço eminentemente clínico. Esta visão mascarava as reais potencialidades da pessoa, pois a ênfase era colocada no que ela não possuía, no que ela falhava, confundindo-se a pessoa com sua deficiência - sua condição orgânica ou psicológica sobrepunha-se anulando o sujeito.

Mais tarde, estudos de ordem científica, cultural e ideológica, denunciando a segregação a que eram submetidas essas pessoas, possibilitaram uma reflexão da sociedade sobre elas.

3.1 PRINCÍPIOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em fins da década de 60, a **integração** surgiu como palavra de ordem para os que se interessavam e estavam envolvidos com o seu atendimento.

Você já deve ter ouvido falar nos princípios básicos da Educação Especial. Se não ouviu, cabe mencionar aqui. São eles: a integração, a normalização e a individualização. Vamos definir e comentar cada um deles, para que fique bem claro como tem evoluído a Educação Especial, até chegar às idéias recentes da escola inclusiva.

O que se entende por integração?

É o processo que visa ao estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa portadora de necessidades educativas especiais na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos.

Para Pereira (1980), existem três formas principais de integração: **temporal, social e instrucional**.

A **integração temporal** ocorre quando há disponibilidade de oportunidade para que a pessoa com necessidades educativas especiais permaneça mais tempo com seus companheiros ditos "normais", esperando-se que resultados positivos sejam obtidos através das ações institucionais e sociais. A **integração social** pressupõe a existência de atendimentos de Educação Especial na escola regular, onde os alunos nela escolarizados realizam algumas atividades comuns, tais como jogos e atividades extra-escolares. A **integração instrucional** relaciona-se com a disponibilidade

de de oportunidades e de condições de estímulos que este aluno encontra, no ambiente da classe regular, facilitando seu processo de ensino-aprendizagem.

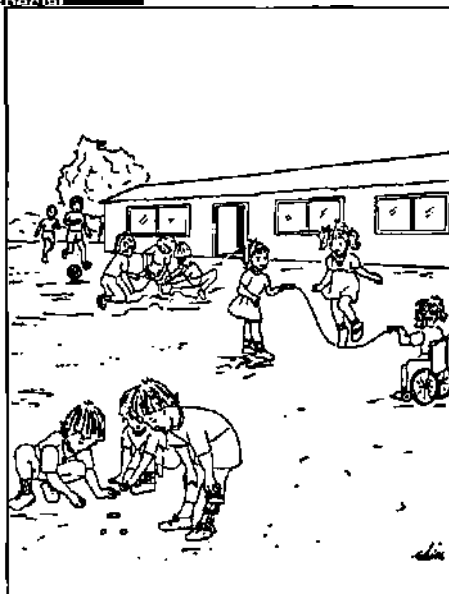
Martin e Marchesi (Coll, 1997) citam um outro tipo de integração, a partir da experiência sueca: é a **integração funcional**,

assim chamada porque é vista como a redução progressiva da distância funcional na utilização conjunta dos recursos

educacionais. Existem aí três níveis de integração funcional: a *utilização compartilhada*, onde são compartilhados os mesmos meios, mas em horário diferente; a *utilização simultânea*, no mesmo momento, mas de forma separada; *cooperação*, onde os recursos são utilizados ao mesmo tempo e com objetivos educacionais comuns.

Soder ainda acrescenta uma outra forma de integração - a **comunitária**. É a que tem lugar na sociedade, fora da escola.

Na esfera educacional, a integração se caracteriza pela busca cada vez maior da democratização das sociedades, da garantia dos direitos humanos e de oportunidades justas às minorias com base em princípios igualitários (Santos, 1992). Educacionalmente essa busca se traduz no desenvolvimento do princípio de "educação para todos". Diz a autora:



SANTOS, M.P. Educação Especial: integrando os parábola. Revista Verbo, 1992

"O reconhecimento desse princípio, por sua vez, aprofundou o repensar do papel de todos aqueles que eram, até então, excluídos, marginalizados ou segregados... Como tal, passam a ter resgatados, pelo menos teoricamente, seus direitos de participação social e sua importância enquanto cidadãos."

Um outro princípio é o da **normalização**. Isto não significa tomar o aluno com necessidades educacionais especiais "normal". Significa oferecer as condições de vida as mais próximas possíveis das de outras pessoas, a fim de que possam desenvolver ao máximo suas potencialidades.

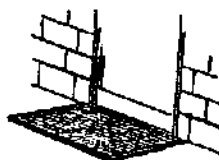
O princípio da **individualização** é o que mais valoriza as diferenças individuais, sejam as diferenças dos portadores de necessidades educacionais especiais, quando comparados aos ditos "normais", sejam as diferenças entre os portadores de necessidades educacionais especiais, quando comparados entre si. Esse princípio pressupõe que o ensino seja individualizado em termos de recursos instrucionais, características pessoais e tempo de cada um.

Enquanto integração é um processo, normalização é um objetivo. Dentro deste princípio, a escola regular deve possibilitar meios de se adaptarem ao ambiente escolar, minimizando as diferenças entre os alunos portadores de necessidades educacionais especiais e os demais. Em relação ao espaço físico, por exemplo, o que se vê frequentemente é a presença de "barreiras arquitetônicas" que impedem o aluno cego ou deficiente físico de se locomover com autonomia. E então necessário alargar portas, colocar corrimãos, fazer rampas e pisos não escorregadios, eliminar obstáculos que enganem o cego. Entretanto, não são apenas as barreiras arquitetônicas que dificultam a integração. Pior ainda são as

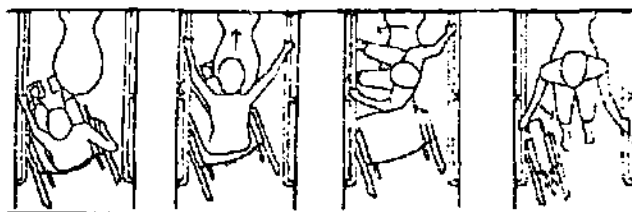
barreiras atitudinais, humanas, carregadas de preconceitos e que fortalecem a exclusão do aluno com necessidades educativas especiais da escola regular.



colocação de uma
pequena rampa junto a
um degrau



superfícies não
escorregadias



colocação de corrimão no teste

3.2 O SISTEMA DE CASCATA

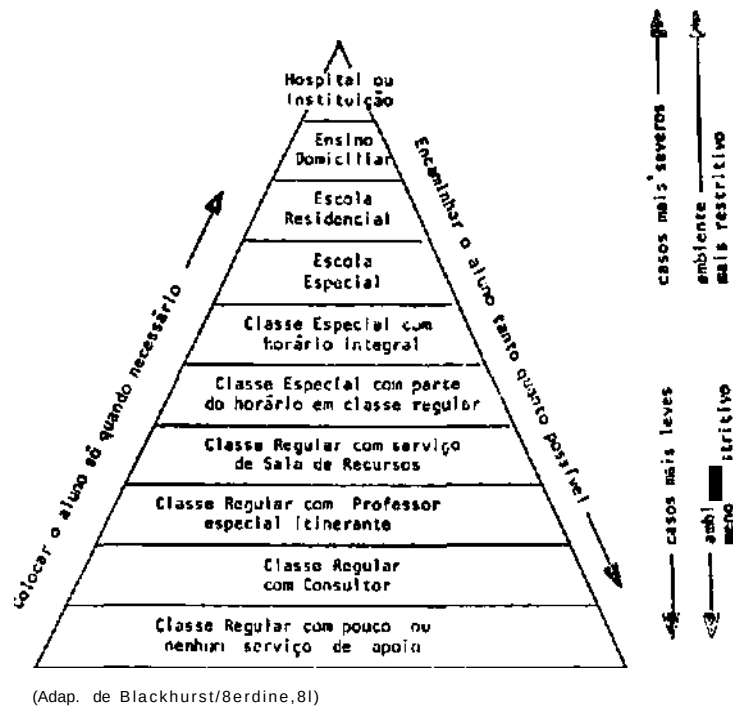
Você já ouviu falar nesse sistema? O sistema de cascata trata dos níveis de integração.

Sim, porque integrar não significa colocar todos os alunos com necessidades educativas especiais na sala de aula da escola regular. Significa inserir no ambiente **o menos restritivo possível**, atendendo às características pessoais de cada aluno, suas potencialidades e limitações.

Lembra-se quando nós falamos das principais formas de integração, temporal, social, instrucional e comunitária? Pois é, a integração comunitária implica em alterações na estrutura social e nas atitudes dos cidadãos de forma a evitar uma fácil integração escolar e depois uma difícil absorção à sociedade.

Bem, voltando aos atendimentos que possibilitam a integração, Blackhurst e Bendine (1981) estabeleceram o chamado "**sistema de cascata**" que consiste em diferentes níveis no processo de integração e assim eles analisam as possibilidades educacionais e de aprendizagem do aluno com necessidades educativas especiais. E chamado "Sistema de Cascata" porque o ideal é que cada vez mais sejam oferecidos a esses alunos espaços educacionais menos restritivos.

Então, vamos agora conceituar cada um desses níveis de integração que, na verdade, são também chamados de **modalidades de atendimento**.



1. HOSPITAL OU INSTITUIÇÃO - felizmente esta opção já quase não existe, em função da tendência da desinstitucionalização.
2. ENSINO DOMICILIAR - atendimento educacional prestado ao portador de necessidades educativas especiais, em sua casa, mediante a impossibilidade de frequentar a escola.
3. ESCOLA RESIDENCIAL-uma escola onde os alunos também vivem, podendo sair nos finais de semana. E a forma mais antiga de atendimento educacional especializado e os sistemas educacionais praticamente não oferecem mais, por ser muito segregativo: afasta o aluno do convívio com os demais alunos, do convívio familiar e da comunidade.

4. ESCOLA ESPECIAL - é uma instituição especializada, destinada a prestar atendimento psicopedagógico a educandos portadores de deficiências e condutas típicas, onde são desenvolvidos e utilizados, por profissionais qualificados, currículos adaptados, programas e procedimentos metodológicos diferenciados, exigindo equipamentos e materiais didáticos específicos.

5. CLASSE ESPECIAL - sala de aula em escola regular organi-



zada co- mo ambiente próprio e adequado ao processo ensino-aprendizagem dos alunos portadores de necessidades educativas especiais, onde professores capacitados se utilizam de métodos, técnicas e recursos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos.

pedagógicos

6. SALA DE RECURSOS-funciona em escola regular e dispõe de equipamentos e recursos pedagógicos específicos e professor especializado para aliar junto ao educando com necessidades educativas especiais.

7. ENSINO COM PROFESSOR ITINERANTE - professor especializado que, periodicamente, vai à escola regular onde estuda o educando portador de necessidades educativas especiais para trabalhar com o mesmo e com seu pro-

fessor, oferecendo ensino, orientação e supervisão.

8. CONSULTORIA - o professor especializado não trabalha diretamente com o aluno. Ele apenas orienta o professor da turma comum em sua ação pedagógica.

Convém lembrar que a opção escolhida deverá ser uma decisão comum do aluno, de seus pais e professores, considerada a mais adequada por ambas as partes. A integração educacional fica assim caracterizada como um elenco de possibilidades e que o aluno deverá ser posicionado naquela que melhor atende às suas necessidades naquele momento. Na medida em que alcance progressos no processo ensino-aprendizagem poderá deslocar-se para outro nível de integração menos restritivo.

EXERCÍCIOS

Agora pare, pense e responda a essas perguntas:

a) O que é integração?

b) Quais são as três principais formas de integração? Descreva-as.

c) Como você definiria a integração comunitária proposta por Soder?

d) O que é normalização?

e) O que significa incluir os alunos com necessidades educativas especiais no ambiente o menos restritivo possível?

f) Em que consiste o sistema de cascata?

g) Quem deve decidir qual é a melhor opção educacional para a criança com necessidades educativas especiais?

Conferindo as respostas:

RESPOSTAS

- a) Veja no item 3.1
- b) Verifique o trecho que se inicia com "Para Pereira (1980)..."
- c) A resposta certa está no parágrafo que começa por "Só por ainda..."
- d) Procure no parágrafo que começa por: "Um outro princípio..."
- e) Procure no item 3.2
- f) Procure no item 3.2
- g) Procure no item 3.2

Se você acertou tudo ou entendeu o porquê do(s) seu(s) erro(s) prossiga nos seus estudos.

3.3 OBSTÁCULOS A INTEGRAÇÃO

No texto anterior você teve a oportunidade de analisar um dos tipos do Sistema de Cascata, com seus diferentes serviços, usado pela Educação Especial para integrar o aluno portador de necessidades educativas especiais à escola regular.

Você reparou que neste sistema uma criança, por exemplo, se for colocada em uma classe especial estará mais integrada do que se pertencesse a uma escola especial, enquanto que uma outra se for colocada neste tipo de escola estará mais integrada do que se estivesse numa escola residencial?

Para onde você acha que eram encaminhados os alunos com menor comprometimento? Certamente, você dirá que eles iam para os ambientes menos segregativos, menos restritivos.

Na verdade, muitas estratégias foram usadas na tentativa de colocar estes alunos na corrente principal, porém, um dos problemas que se observou foi que a integração desses alunos à escola regular teve um sentido de mão única, onde, como relata Loffredi (1983), o aluno com deficiência era quem devia se adequar aos padrões da escola e não esta adequar seus padrões às necessidades da criança.

O que você acha? São as crianças que apresentam dificuldades que devem se adequar à escola ou esta prover-se de meios para atender qualquer aluno de sua comunidade, isto é, adequar-se ao aluno?

No final da década de 80 e início de 90, os estudos de Sasaki (1997), mostravam:

"a integração social não só era insuficiente para acabar com a discriminação que havia contra este segmento populacional, mas também era muito pouco para propiciar a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades"

O autor acrescenta ainda que, no modelo integrativo, a sociedade em geral, ficava praticamente de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviço que ela lhes oferecia e isto acontecia inclusive na escola. Assim, a integração tão desejada só ocorria, geralmente, quando o aluno portador de necessidades educativas especiais, por seus próprios méritos, conseguia adaptar-se à classe regular. Os outros tipos de serviço, como a classe especial, eram considerados segregativos. Na maior parte do Brasil eram feitas severas críticas a este tipo de atendimento. No entanto, eram muito procurados porque eram os únicos disponíveis.

O acesso a eles era difícil. Mesmo nas grandes cidades, em que a maior parte da população de 7 a 14 anos já tinha garantido seu lugar no ensino básico, e o problema fundamental da escola consistia em proporcionar um ensino de qualidade, o que se observava era que apenas 10 a 15% dos alunos portadores de necessidades educativas especiais recebia alguma forma de atendimento educacional. Além do mais, a maioria destes alunos não conseguia ultrapassar as séries iniciais da escola. O que se vinha constatando também é que somente um pequeno número de pessoas, que possuía recursos financeiros, podia manter seus filhos nestes programas envolvendo a Educação Especial e/ou Regular porque os serviços públicos existentes eram raros ou insuficientes.

Não é triste esta situação, sabendo-se que um grande número de alunos poderia alcançar níveis altamente satisfatórios de escolarização, chegando inclusive à universidade, caso houvessem processos escolares de qualidade?

E o caso dos alunos com altas habilidades que, freqüentemente não são identificados pela escola, sendo deixados de lado e, até mesmo muitas vezes hostilizados por não serem compreendidos, exatamente por apresentarem um potencial intelectual superior.

De acordo com a sua experiência, a Escola de 1 ° Grau mostra-se preparada para atender o aluno portador de necessidades educativas especiais?

Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Goffredo (1991) detecta que, possivelmente, as principais forças restritivas ao processo de integração desses alunos à escola pública localizam-se na falta de conhecimento dos profissionais escolares quanto ao conceito de deficiência, no seu despreparo técnico e numa desarticulação entre a Educação Especial e a Regular.

Ratificando e complementando os dados obtidos por Goffredo, a nível de escola, podemos analisar alguns obstáculos ao processo de integração.

Fala-se que esse aluno tem poucas oportunidades de acesso à escola; evidencia-se, entre outros aspectos, que são excluídos por possuírem menos capacidade para atingir os objetivos estabelecidos por programas educacionais rígidos, acentuando-se o problema quanto maior for a dificuldade que o aluno apresenta.

A restrição de oportunidades também se dá, com freqüência, pela falta de esclarecimentos quanto às possibilidades

de convivência desses alunos com os outros, beneficiando-se deste convívio.

A adoção pela escola de uma ação paternalista, julgando esse aluno como um ser diferente e incapaz, sem condições de realizar o que os outros realizam e excluindo-o das atividades que exigem maior elaboração de pensamento, principalmente com alunos portadores de deficiência mental, entrava também a possibilidade de uma visão mais clara e realista em relação a esse aluno.

Também o uso de rótulos, prática que subsiste até hoje em muitos lugares, pouco contribui para o trabalho, especialmente a nível de sala de aula. Querer rotular a criança de acordo com classificações estanques, dá uma falsa idéia ao professor que seus alunos dentro de uma determinada classe são homogêneos, o que não é verdade. Os rótulos são imprecisos: eles fornecem poucas informações sobre o aluno, que precisa ser visto como ser único, singular. Eles também dificultam a mobilidade do aluno nos grupamentos, pois se fica preso à classificação que o rotulou inicialmente.

Outros obstáculos apontados referem-se à inadequação dos meios de ensino e avaliação do aluno, gerando conflitos pois, com frequência, a escola não abre mão dos parâmetros que usa. Não trata de adequar os meios de ensino às necessidades educativas especiais daquele aluno. Isto se agrava pela ênfase dada na escola às atividades competitivas, em detrimento das que estimulam o espírito de equipe. Estes obstáculos tornam-se desestimulantes à participação do aluno portador de deficiência, levando-o a um distanciamento dos demais colegas, acentuando-se ainda mais pela falta de preparo do aluno para a aceitação de suas limitações.

Para Garcia (1994), quanto ao professor, as variáveis mais

importantes em relação à integração relacionam-se à sua atitude frente a este processo e também à sua preparação acadêmica. Este autor, citando Bricker e Sandali, completa a idéia dizendo que o compromisso do professor, sua competência e sua confiança nas potencialidades do aluno portador de deficiência mental, interferem seriamente na integração. A falta de condições emocionais indispensáveis à aceitação das limitações do aluno pode também gerar problemas no vínculo entre eles, o que irá refletir na dinâmica escolar.

Não é somente o aluno portador de deficiência que é desconhecido, incompreendido e discriminado pela sociedade, e mais especificamente pela comunidade escolar. A própria Educação Especial imprime-se uma conotação estigmatizadora. Ser atendido pelo professor, ou até mesmo por outro profissional especializado, implica em ser diferente, com toda a gama de significados que o termo carrega. O professor especializado, com frequência se sente discriminado no currículo da escola - ele também é diferente - mas também ele próprio contribui, muitas vezes, com sua conduta, por imaginar-se como a única pessoa que pode atender adequadamente o aluno especial.

Podemos ainda acrescentar a participação precária da família neste processo, devido em parte à falta de motivação frente às baixas perspectivas do progresso do filho. Isto pode gerar a falta de perseverança na frequência às aulas, tornando o trabalho da escola mais difícil.

Embora severas críticas venham sendo feitas ao processo de integração do aluno portador de deficiência na sociedade e nos encaminham à reflexão da necessidade de uma nova escola, não podemos esquecer que somos participantes de uma história. Eis o que nos fala Sassaia (1997) a respeito dos princípios de normalização e integração:

"...foram importantes elementos na aquisição de conhecimentos e experiências de integração."

A colocação do aluno, por exemplo, numa escola especial, significou um retrocesso, numa época, num espaço. Entretanto, para alguns deles, que se encontravam anteriormente em hospitais, representou um avanço social. Quanto às classes especiais, permitiram que os alunos vivessem experiências como os demais alunos em várias situações escolares. Se, por um lado, muitas crianças foram retiradas das classes regulares, no que houve um retrocesso, se compararmos com outros países que nesta época mantinham o aluno com deficiência mental leve em escolas especiais, houve um avanço.

De certo modo, essa prática estava associada aos movimentos de desrotulação e desinstitucionalização já mencionados no início desta unidade. Eles abriram caminho para o surgimento do paradigma da **inclusão**, como um desafio a todos nós educadores, para o 3º milênio - matricular todas as crianças e jovens nas escolas regulares da comunidade em que vivem, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.

Você não acha que nos cabe diminuir os obstáculos e facilitar o acesso das crianças e jovens portadores de necessidades educativas especiais a uma vida digna? Ou você acha que basta a gente ser "boazinha" com eles?

Vamos agora virar a página e realizar as atividades de auto-avaliação.

EXERCÍCIOS

1. Responda:

a) O que entendeu por corrente principal?

b) Os alunos portadores de necessidades educativas especiais recebiam escolarização a ponto de alcançarem níveis elevados de ensino? Justifique sua resposta.

c) Quais são os principais achados da pesquisa realizada por Goffredo?

2 - Assinale a resposta mais correta:

a) Os alunos portadores de necessidades educativas especiais têm dificuldades de promoção a séries mais elevadas porque as escolas possuem, com frequência, programas educacionais:

- ☐ confusos
- ☐ rígidos
- ☐ abrangentes
- ☐ simplificados

b) Um obstáculo à integração refere-se à:

- ☐ número pequeno de alunos na escola
- ☐ entrada precoce dos alunos na escola
- ☐ ausência dos pais da escola
- ☐ inadequação dos meios de ensino e avaliação

c) O professor especializado também é discriminado porque:

- ☐ ele se isola
- ☐ é inexperiente
- ☐ é desqualificado

Verifique, na página seguinte, como é que você se saiu.

RESPOSTAS

L

- a) Levar os alunos a serem atendidos pelos serviços educacionais oferecidos pela comunidade de forma a entrar na corrente "regular" dos demais alunos da escola.
- b) Não. Normalmente só 10 a 15% deles recebiam algum tipo de atendimento educacional e ainda assim não chegavam a ultrapassar as primeiras séries da escola.
- c) A falta de conhecimento dos profissionais escolares relativa às deficiências, o seu despreparo técnico e a desarticulação da Educação Especial com a Educação Regular.

2.

- a) rígidos
- b) inadequação dos meios de ensino e avaliação
- c) ele se isola

Se você não teve dúvidas, passe direto à Unidade seguinte. Caso você tenha tido algum erro, volte ao texto anterior e leia o trecho ao qual se refere a resposta correta.

UNIDADE 4

A ESCOLA INCLUSIVA: ENFOQUE PARA O 3º MILÊNIO.

Falamos já a respeito de avanços e até retrocessos em relação ao movimento de desrotulação e desinstitucionalização para a integração do aluno portador de deficiência na escola regular.

Assim como a **integração** foi vista como um processo, estamos acompanhando o movimento que se faz para a implementação gradual de outro processo, o de **inclusão** da criança e jovem portadores de necessidades educativas especiais na escola regular.

Este movimento na verdade é bem mais amplo do que já comentamos, extrapolando a preocupação com a educação do aluno portador de necessidades educativas especiais. O que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias - e aí estão neste grupo os portadores de necessidades educativas especiais. Werneck (1997) coloca que a inclusão vem "quebrar barreiras cristalizadas em tomo de grupos estigmatizados."

O movimento pela sociedade inclusiva é internacional e o Brasil está engajado nele; é conveniente que esteja pois temos cerca de 15 milhões de deficientes, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), e quase a totalidade está, provavelmente, aguar-

dando a oportunidade de participar plenamente da vida em sociedade, como tem direito.

A política atual sobre o portador de necessidades educacionais especiais é o resultado de um lento caminhar; é uma história com ganhos, às vezes considerados insignificantes, mas que, na realidade, ajudaram a construir a idéia da inclusão; por exemplo, o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU, em 1982, definiu o conceito de incapacidade como resultado da **relação da pessoa deficiente ou não com o meio**. Deste modo, a **incapacidade** passou a ser vista não mais como sendo um problema dessa pessoa, mas como um problema de todos nós. Este mesmo programa oficializou o conceito de "igualdade de oportunidades para todos." Estes foram, certamente, passos fundamentais no reconhecimento dos direitos das pessoas deficientes.

Do ponto de vista educacional, o momento é o de transição, onde convivem dois movimentos: o de **Integração** e o de **Inclusão**.

O termo **inclusão** foi oficializado no **Encontro de Salamanca** na Espanha em 1994. Foi emitido, nesta ocasião, um documento sobre os princípios, a política e a prática da educação para os portadores de necessidades especiais e aponta a urgência de ações educacionais capazes de reconhecer a diversidade das crianças, e atender quaisquer que sejam as suas necessidades físicas, sociais e lingüísticas. Estariam aí incluídos as portadoras de deficiência, as crianças de rua, as que trabalham, as nômades, as de minorias culturais e sociais... (ver Anexo I)

O movimento de **integração** é operacionalizado através do Sistema de Cascata, que você já conheceu. Agora vamos mencionar o sistema que se refere ao movimento da **inclusão**. Ele se chama **Sistema Caleidoscópio**.

O que caracteriza cada um destes sistemas de inserção?

Inicialmente, podemos colocar que os dois sistemas têm origem no princípio de **normalização**.

No que se relaciona à **integração**, o **Sistema de Cascata** foi organizado a partir do conceito de **corrente principal** que tem como objetivo oferecer ao aluno possibilidade de freqüentar o ambiente menos restritivo para ele. A ele é oferecido, porém, um leque de opções de atendimento. Os alunos têm direito de entrar na corrente principal e caminhar por ela, podendo permanecer nos diferentes ambientes da cascata, de acordo com suas necessidades. A inserção pode ser feita desde sua colocação em classe regular com pouco serviço de apoio até em ambientes bem segregativos, como é o ensino na própria casa da criança. Deste modo, considera-se a **inserção** como **parcial** necessitando o aluno, adaptar-se ao que lhe é oferecido pela escola. A meta principal deste Sistema é levar o aluno a **retornar à classe regular**.

Quanto à inclusão, parte de uma crítica ao Sistema de Cascata, denunciando que este tipo de sistema inclina-se, ainda, para a segregação do portador de deficiência, porque como a variedade de opções de atendimento ao aluno é grande, a escola acomoda-se e não se esforça para se reestruturar de modo a colocar esses alunos na classe regular. O que, comumente, constatamos é que eles permanecem esquecidos num nível segregativo ou transitam por eles, com pequenas chances de retomo ao ensino regular.

Dentro da **visão inclusiva** o termo integração não faz sentido porque na inclusão a meta principal é **não deixar nenhum aluno fora do ensino regular desde o início de sua escolarização** sendo, deste modo, uma postura bem diferente da integração. Quando falamos em não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, significa que, vamos incluir também os alunos com distúrbios severos, com múltiplas deficiências.

Com acontece, comumente, em épocas de mudança, no momento, muitas dúvidas surgem em relação à questão da inclusão. Pode-se esclarecer, inicialmente, que a inclusão **não é depositar** todos os alunos portadores de deficiência na classe regular, sem dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação e também não é ignorar que seus alunos são seres únicos, mas que têm **necessidades educativas especiais**.

Satisfazer essas necessidades implica em levar cada aluno a desenvolver seu potencial, o que requer uma maior sensibilidade e competência da equipe escolar. Implica numa nova visão do aluno portador de necessidades educativas especiais pela escola, na mudança de currículo e de metodologia. Para isto, será necessário uma reorientação da identidade profissional dos educadores que precisarão aprender a trabalhar em equipe, a entrosar-se com os pais e obter um envolvimento da comunidade. Você não concorda que está surgindo um novo paradigma educacional ? Então, como será essa escola frente a este paradigma?

4.1 ESCOLA INCLUSIVA E O PAPEL DO PROFESSOR

Necessitamos de uma nova escola regular que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de se arriscar, mas muita coragem de criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários **à inclusão**; como coloca Mantoan (1997), "cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades dos seus alunos e exigir dela uma **transformação**." **A inclusão na escola** seria, então, o processo pelo qual ela se adapta, se transforma para poder inserir suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

Pais e educadores e a comunidade em geral não devem se preocupar com o fato de que a inclusão dos alunos portadores de deficiência em classes regulares possa prejudicar o desenvolvimento dos demais. A inclusão vem demonstrando em países que já vêm desenvolvendo programas inclusivos, que ao se atender este aluno, na classe regular, oferecem-se oportunidades de aprendizagens múltiplas a todos (Association du Québec pour L'Integration Sociale, 1994), como a **sensibilidade pela diversidade humana, a experiência com a riqueza da diferença** e o **desenvolvimento do espírito de solidariedade**, aspectos tão pouco valorizados. Nada vem demonstrando que este tipo de inserção acarrete efeitos negativos sobre os alunos regulares. As investigações, diz Jangira (1994), citando Saleh, "mostram exatamente o contrário, que ao atender a **diversidade**, os profes-

sores
enfoc
quali
Siste
alunc
o gru
indis
todo.



áteis e criativas aos
ente, enriquecem a
." É o que chamamos de
s, - a presença desse
ia e enriquecedora para
peças no caleidoscópio é
eza de seu

Assim, todos se beneficiam da **educação inclusiva**, todos se enriquecem - os alunos, os professores e demais educadores, a família e a comunidade.

Tantos os alunos não-deficientes como deficientes têm acesso a uma maior riqueza de atividades do currículo do que estivessem em classes separadas, beneficiando-se em seu próprio processo de aprendizagem e, ainda, interagindo no dia-a-dia demonstram crescente responsabilidade e compreendem melhor a diversidade das pessoas e suas próprias diferenças. Como diz Wernick (1997), o melhor meio de erradicar a discriminação é impedindo que ela se instale nos primeiros anos de infância.

A educação inclusiva vê o aluno portador de deficiência como sujeito, ser global e único. Viabiliza estratégias de ensino e avaliação partindo da premissa de que não é necessário que todos os alunos tenham as mesmas metas educacionais quando aprendem juntos, em classes regulares e promovendo iguais oportunidades de aprender para todos os alunos. Organiza, então, os serviços necessários dando suporte não só para os alunos, mas também para toda a equipe escolar,

promovendo um ensino de qualidade para todos os alunos, sejam eles portadores de deficiências ou não. A equipe de educadores - professores, pedagogos e demais profissionais - deverá se ver dentro de uma nova perspectiva, como membros de uma equipe que têm os pais como membros iguais, efetivos, atuantes, colaboradores, com direito de discutirem sobre os assuntos que dizem respeito à situação e ao futuro de seus filhos.

Como, então, atuar numa escola inclusiva? Compreender o aluno portador de deficiência e respeitá-lo como pessoa que tem suas limitações mas também seus pontos fortes. Planejar uma ação educativa - o planejamento deve ser participativo - envolvendo os educadores da educação especial e regular e todas as pessoas envolvidas no processo. O professor especializado deve participar de todas as ações devendo opinar e discutir com o professor regular, participar de todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação; fazer parte da equipe efetiva do quadro docente. Jangira (1994) alerta, porém, que ele precisa desmistificar seu trabalho e popularizar seu saber, pois toda equipe escolar deve ter um conhecimento sobre o aluno portador de necessidades educacionais especiais e, assim, contribuir na sua identificação e adaptação do currículo.

Utilizar, ainda, novas alternativas quanto às modalidades de agrupamento destes alunos junto aos demais, quanto às metodologias e emprego de novas tecnologias. Abandonar os rótulos, as classificações. Aproveitar as transformações que o aluno traz de si o meio em que mora, que experiência vive, que conhecimentos construiu, que habilidades desenvolveu, levando em conta também suas possibilidades e necessidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe

traz. Incluir a família no atendimento pois ela é elemento fundamental no processo, desempenhando um papel social muito importante. O grupo participante do Seminário del Cono Sur (1995) aconselha a organização de associações cooperativas, criando espaços de discussão entre educadores, pais, membros da comunidade e as próprias pessoas portadoras de deficiência. Procurar orientação específica em locais especializados caso seja necessário. Promover palestras, centros de estudo e colóquios para a equipe escolar para a atualização do saber. Participar de cursos na comunidade para aperfeiçoamento do seu trabalho. Adaptar o ambiente físico da escola de acordo com as necessidades dos alunos. Lembrar que o envolvimento da equipe escolar na busca de alternativas que minimizem as possíveis diferenças entre os alunos com deficiências e os demais é indispensável - são os supervisores escolares, orientadores educacionais e diretor, junto aos professores de cada escola, os elementos mais indicados para a busca de subsídios que possam orientar o trabalho escolar. O **professor de classe regular** certamente será o **principal elemento desta cena**, precisando de tempo para seu entendimento sobre o significado de uma escola inclusiva, a partir de seus conhecimentos anteriores como professor. Werneck (1997) diz que ele terá de enfrentar o desafio de incluir não só em sua turma, mas em sua vida, o aluno portador de deficiência, alguém com quem talvez nunca tenha tido contato. Utilizar o trabalho de grupo deixando que os alunos se ajudem, que façam trocas, que cooperem uns com os outros, que os **mais adiantados sirvam de mediadores** entre o aluno portador de deficiência e o conhecimento, valorizando mesmo o que o aluno faz com ajuda. Lembrar também que seus alunos têm estilos diferentes de aprendizagem e, as vezes, utilizam caminhos que o próprio profes-

sor desconhece; assim, questioná-lo sempre, **como e porquê** fez de determinada maneira; a teoria das inteligências múltiplas de Gardner (1995) nos dá um valioso auxílio para um melhor conhecimento das crianças e como atuar com elas.

Os professores de classes regulares poderão lançar mão de **recursos usados pela educação especial**, fazendo **adaptações** em sua prática de educador de classe regular, ao incluir um aluno com deficiência em sua turma. Muitas destas adaptações ele próprio descobrirá sozinho, pois dependem mais de uma reflexão, bom senso e criatividade. Caso o aluno tenha um **problema auditivo**, colocá-lo sentado na frente da sala facilitará que leia os lábios e a expressão facial do professor e a utilização de recursos visuais e táteis facilitarão a compreensão do que se estiver falando. Se o aluno usar a **língua de sinais**, certamente o professor achará útil e até gostará de se comunicar desta maneira tão diferente da que estamos acostumados. Os colegas ouvintes também gostarão, não há dúvida de aprender uma nova língua. Com o aluno que apresenta deficiência visual (visão reduzida), se ele se beneficiar de uma **escrita ampliada**, podemos nos informar como deve ser esta ampliação das letras, que tamanho elas deverão ter e organizar as tarefas do aluno usando esta técnica. Podemos envolver neste trabalho os pais do aluno ou uma pessoa voluntária da comunidade, ou até mesmo um colega de outra turma. Se o aluno é **cego** e usa o **Braille**, o professor pode usar também este sistema de escrita; não é difícil, assim, informar-se onde se pode aprendê-lo. Nas aulas expositivas dialogadas pode-se usar um gravador, a cri-

anca retornará ao assunto ouvindo a fita gravada. Crianças com **dificuldades de aprendizagem**, podemos avaliá-las oralmente se tiverem grandes dificuldades de mostrar o seu saber através da palavra escrita; podemos, com outra crian-

ça providenciar uma **máquina de escrever** para que faça seus trabalhos ou até mesmo estimular que um colega tome anotações por ela. Nos problemas que envolvam a motricidade adaptar lápis e canetas usando materiais caseiros para engrossá-los; com alguns alunos pode-se usar o computador ou, até mesmo solicitar ajuda dos colegas. Com a criança ou jovem com **deficiência mental**, levá-la a agir sobre o objeto do conhecimento, a pensar muito nas

pequenas e grandes coisas, desafiá-las a resolver os seus problemas, dar-lhe oportunidade e o tempo necessário para realizar suas tarefas. Estes são alguns exemplos do que a criança portadora de necessidades educativas especiais necessita e que são exequíveis de atuação por parte do professor de classes regulares.

Porém, o mais importante neste processo é a necessidade da formação da consciência crítica do professor quanto à sua responsabilidade pela aprendizagem de seus alunos, sejam eles deficientes ou não.

Podemos acrescentar o conselho da professora Nichinda, citada por Jonsson (1997), em seu livro sobre métodos simples de uma inclusão de crianças com deficiências na classe comum, que diz "nunca o mundo precisou tanto da capacidade de pensar de maneira universal, ainda que o local onde exerçamos o nosso trabalho seja modesto e muitas vezes sem o equipamento auxiliar imprescindível."

No Brasil, então, todas as escolas deverão se preparar para receber qualquer aluno da sua comunidade. Jangira (1994), citando Saleh, coloca que a escola que se propõe a aceitar esse desafio, pode estar certa que as transformações que ocorrerem em sua escola irão não só beneficiar os alunos com deficiência mas a escola como um todo que estará preparada para lidar com situações que fujam ao cotidiano, tornando-se mais criativa e enriquecendo a ação pedagógica.

E agora, você está disposta a aceitar o desafio? Lembre-se que isto não é o esforço de uma só pessoa!

Vire a folha e realize as atividades de auto-avaliação.

EXERCÍCIOS

Marque a que tipo de escola corresponde cada uma das proposições apresentadas. Referindo-se à *Escola Integrativa*, coloque (i) e à *Escola Inclusiva* coloque (/).

- () A meta da escola é não deixar nenhum aluno portador de necessidades educativas especiais fora da classe regular.
- () Modelo organizacional de Caleidoscópio para o atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais.
- () Inserção parcial/nacional da possibilidade do aluno portador de necessidades educativas especiais.
- () A escola regular se modifica, se transforma para se adaptar às necessidades dos alunos portadores de necessidades educativas especiais.
- () Inserção da pessoa portadora de necessidades educativas especiais preparada para conviver na sociedade.
- () Modelo organizacional de Cascata para o atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais.
- () Modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa portadora de necessidade educativas especiais encontrar possibilidades de desenvolvimento e exercer a cidadania.
- () A meta da escola é o retomo do aluno portador de necessidades educativas especiais à classe regular.

- () A escola regular exige que os alunos portadores de necessidades educativas especiais tenham pré-requisitos para freqüentarem suas classes regulares.
- () Inserção total, incondicional, dos alunos portadores de necessidades educativas especiais na escola regular.

Confira suas respostas na página seguinte.

RESPOSTAS

(I) (I)

(i)

(I)

(i) (i)

(I)

(i)

(i)

(I)

UNIDADE 5

O PAPEL DO CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA

5.1A CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM: O QUE É ISTO?

Certamente você já ouviu falar do Construtivismo, ou já leu alguma coisa sobre ele, ou até mesmo fez algum curso nesta abordagem. É sobre isto que vamos conversar com você agora. O que você acha que seja Construção? Pare um pouco, pense, e tente responder...

Para nós, construção é elaborar, é interpretar um conteúdo, dando um cunho pessoal, único, individual.

Conhecemos dois estudiosos importantes que pesquisaram e concluíram que o conhecimento é construído pelas pessoas. Os dois são Piaget e Vygotsky que, embora acreditando que todo mundo constrói o conhecimento, têm pensamento divergentes em vários aspectos. Piaget, por exemplo, dizia que o desenvolvimento provocava a aprendizagem, enquanto Vygotsky pensava o contrário, isto é, que a aprendizagem pode provocar o desenvolvimento e até o amadurecimento.

Trataremos, agora, do Construtivismo de Piaget, que determinou que existem etapas no desenvolvimento do indivíduo e que a cada etapa, há uma mudança na estrutura do seu

pensamento. Considerou ele, que estas etapas são universais. Uma discípula sua, Inhelder, fez uma pesquisa com 150 portadores de deficiência mental e pôde verificar que eles aprendem da mesma maneira que as demais pessoas.

Você quer saber mais? Ela também concluiu, que eles seguem as mesmas etapas de desenvolvimento que todo mundo; somente podem não atingir a última - a etapa de pensamento formal. Alguns ficam retidos na etapa sensório-motora, outros na pré-operatória e outros, ainda, na operatória-concreta.

Você, então, entendeu, que a inteligência da criança evolui, em cada etapa que ela atinge: na 1ª etapa sensório-motora, sua inteligência é prática, quando "ela organiza a informação obtida através dos sentidos e desenvolve respostas a seus estímulos ambientais (FERREIRA, 1992)." Seu comportamento é adaptativo. Na 2ª etapa, pré-operatória, sua inteligência é representativa; surge, então, a função de representação, também chamada função simbólica ou função semiótica, cujas manifestações são: o desenho, a linguagem, a imitação, o jogo simbólico (ou jogo do faz-de-conta) e a imagem mental.

Na 3ª etapa, operatória-concreta, sua **inteligência é indutiva**; ela parte do particular para o geral. Nesta fase, já é capaz de fazer seriação, de classificar em fases mais adiantadas, de ser **conservadora** e de realizar a **inclusão de classes**.

Para dar uma visão completa do desenvolvimento de uma pessoa, na 4ª etapa, operatória formal, a **inteligência é dedutiva**, parte do geral para o particular, surgindo as formas abstratas de pensamento.

O que você leu, até agora, deu para entender como se processa o desenvolvimento de qualquer pessoa segundo Piaget, seja ela portadora de necessidades educacionais especiais ou não? Você compreendeu, que o que caracteriza cada etapa, é uma mudança na **estrutura** de pensamento da pessoa? Vygotsky, autor russo, por exemplo, não acreditava nas etapas, pois entendia, que se amamos na zona de desenvolvimento proximal (ZDP), prospectivamente, com ajuda, isto é, adiantando-se ao desenvolvimento real da pessoa - o que ela faz sozinha, sem precisar de ajuda - estaremos facilitando sua aprendizagem, pois acreditava que o que a pessoa faz hoje, ajudada, fará no futuro sozinha; a isto ele chamou desenvolvimento potencial. A distância entre o real e o potencial chamamos ZDP.

Os dois autores, então - Piaget e Vygotsky - mais uma vez não concordam, um com o outro. E você, o que terá a dizer, até aqui? De acordo com sua experiência, com quem você ficaria? Voltamos a dizer, pare um pouco, pense, e tente responder...

Outra questão muito discutida é sobre a linguagem: o construtivista Piaget considera a linguagem como expressão do pensamento, enquanto o construtivista Vygotsky entende que linguagem e pensamento não são dicotômicos, caminham juntos. Também, para o primeiro autor, no início da vida, a linguagem é egocêntrica, as crianças falam sozinhas; só mais tarde, ela se torna socializada. Para o segundo, a linguagem é, desde o início social e socializada, tornando-se depois, interior.

Piaget considera o sujeito construtor, como um sujeito cognitivo, ligado ao pensamento, à inteligência e à razão, e Vygotsky considera este sujeito como cultural, histórica e

social que interage com um meio também cultural, histórico e social, repleto de afetividade.

Para Piaget, as crianças não têm uma lógica igual à dos adultos; elas não são adultos em miniatura. Elas têm uma lógica própria de suas idades. Certo dia chuvoso, uma professora, atendendo a um trabalho psicopedagógico, perguntou às crianças:

- De onde vem a chuva?

Edson respondeu:

- Das nuvens!

Voltou a perguntar:

- Como a água vai para lá? O

menino disse:

- Deus bota com um balde médio. -

Por que balde médio?

Edson explicou:

- Porque balde pequeno, não pode, é muita chuva e com balde grande é muito pesado, Deus não agüenta.

Analisando as respostas do menino, podemos ver sua lógica - ele já tem certos conhecimentos, não é um cesto vazio; transferiu estes conhecimentos à situação atual, sem nenhum ensinamento, instituiu uma relação, categorizou e construiu sua fala como um todo correlacionado.

O Construtivismo, então, é uma filosofia - ninguém pode ser construtivista na sala de aula, e tradicional em sua casa. Ser construtivista é uma mudança de postura diante do processo ensino e aprendizagem. Ser construtivista é acreditar que todo mundo constrói seus conhecimentos; é acreditar que esta construção se faz com os objetos e o outro. Acrescentamos, que as

crianças aprendem mais rapidamente se estão interessadas e mentalmente ativas se facilitamos que elas sejam autônomas (intelectual, afetiva e socialmente), com auto-conceito positivo, podendo debater seus pontos de vista, respeitando os pontos de vista do outro e sendo solidários. Existe uma diferença entre uma resposta certa, dada por um estudante com convicção pessoal, com autonomia, e uma resposta dada, porque o estudante a decorou.

No primeiro caso, ele é autônomo, realmente, enquanto no segundo caso ele se mostra, ainda, heterônomo, funcionando, obedientemente. Na educação construtivista um dos princípios importantes é facilitar as pessoas trocarem pontos de vista entre si, sobre qualquer assunto, em qualquer idade, em qualquer nível. Desta forma, elas permanecem mais interessadas, mais participativas porque, na realidade, estão sendo valorizadas, defendendo idéias próprias.

A educação construtivista requer que o educador procure saber como o estudante está pensando, durante o processo de aprendizagem. Isto é o que Piaget chamou - Método Clínico, que será abordado no próximo texto.

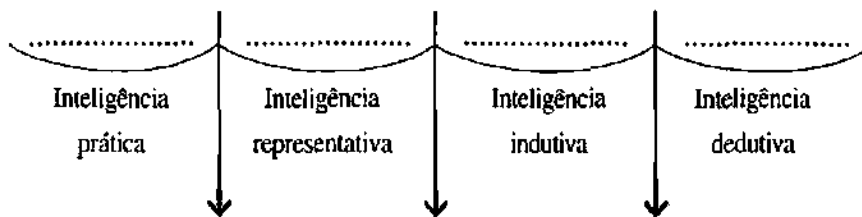
Após a leitura que você fez, você acha que tem idéias construtivistas?

Acreditamos que, conforme Kamii (1982), "muitos de nós estamos prontos e desejosos de trabalhar duramente a fim de tornar a escola um lugar melhor para a próxima geração."

Você gostaria de fazer uma revisão sobre o que leu? Veja se você entendeu, realmente, o que leu.

EXERCÍCIOS

1. Construir o conhecimento é
2. Piaget diz que o desenvolvimento
Vygotsky diz que o desenvolvimento
3. Para Piaget as fases de desenvolvimento são:



- #### 4. Pontos importantes do construtivismo:

Ele é uma filosofia.

Todas as pessoas são capazes de construir o

Crianças interessadas e mentalmente ativas aprendem

A aprendizagem dos educandos é enfatizada, em questões intelectuais, afetivas e

Complete:

Desenvolvimento Desenvolvimento
real potencial

Confira suas respostas na página seguinte.

RESPOSTAS

1. E elaborar, é interpretar um conteúdo, dando um cunho pessoal, único, individual.
2. provoca a aprendizagem
é provocado pela aprendizagem
3. fase sensório motora/fase pré-operatória/fase operatória concreta / fase operatória formal
4. conhecimento
mais facilmente ou mais rapidamente
sociais
5. zona de desenvolvimento proximal.

5.20 CURRÍCULO COMUM E OS OBJETIVOS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: COMO SERÁ ISTO?"

Você já teve oportunidade de pensar sobre estes assuntos? Converse com uma colega e discuta com ela, mesmo sem começar a ler este texto. Antes de mais nada, consideremos os portadores de necessidades educacionais especiais, sem exceção, seres pensantes, desejantes e sociais. Consideremos, também que, segundo pesquisas, o cérebro é um sistema aberto, cheio de plasticidade e que pode estar sujeito a novas funções, sem que precise haver modificações nele próprio. Assim sendo, os portadores de necessidades especiais - deficientes visuais, auditivos e físicos - e até mesmo os deficientes mentais devem frequentar as classes regulares, pois a mediação dos demais colegas irá beneficiar a todos com ou sem deficiência.

Obviamente, os currículos devem ser os comuns, acrescidos do algo mais que cada um precise.

O cego, por exemplo, vai precisar desenvolver seus sentidos remanescentes - o tato é um deles - a fim de que possa superar sua deficiência. O surdo deverá desenvolver o bilingüismo, além de outros aspectos, e assim, por diante.

No caso do portador de deficiência mental, o desenvolvimento das dimensões cognitiva, afetiva, social e motora são imprescindíveis, para que ele possa subir patamares na sua inteligência. Embora tenha dificuldades de ordem da abstração, deve-se investir também nesta área, não se fixando apenas, em atividades que envolvam o concreto, a fim de não reforçarmos suas dificuldades. É claro, que com estas pesso-

as, devem ser formulados objetivos diferentes daqueles fixados para os outros, pois seu ritmo de aprendizagem é mais lento. Se você já teve alguma experiência com este aluno, você constatou que cada um deles é diferente, não podendo ser considerados em grupos, com características iguais. O portador de deficiência mental é único, singular, sendo sua dimensão cognitiva particular, sua afetividade e emoções próprias, sua cultura, seus valores e preconceitos de acordo com a comunidade a que pertence.

O educador construtivista deve planejar suas aulas, deixando sempre algum tempo vago, para que seja dada aos educandos, a oportunidade de escolher o que desejarem fazer. Isto será adequado para o portador de deficiência escolher o que lhe interessa e o que ele pode, realmente realizar. Certamente todos estarão desenvolvendo sua autonomia, um dos principais objetivos do Construtivismo. Permitir que os alunos pesquisem, sejam desafiados e desequilibrados é uma excelente maneira de se atuar no desenvolvimento do currículo.

Você já teve oportunidade de desafiar uma criança? Se ainda não, creia, é muito interessante:

- Luis, porque você escreveu todas as palavras com letras diferentes?
- Ora! Porque todas elas são diferentes!
- Estou vendo também, que você escreveu todas as palavras com mais de 3 letrinhas, por que?
- Teresinha, palavra muito pequena, com poucas letrinhas, não pode, é muito rápida, não dá.
- Veja bem, Luis, sua colega disse há pouco, que pode sim. O que você acha?
- Não pode não. Ela não sabe de nada!

Numa sala construtivista, pode-se usar todos os materiais que eram usados numa sala tradicional; entretanto, as posturas do professor e dos alunos são inteiramente diferentes: ele tem o papel de desafiador e ainda, de mediador e de colaborador, e os alunos deverão ser autônomos, capazes de expressar suas idéias e sentimentos, de refletir, de construir uma liberdade para o exercício de cidadania. O educador, também, deve formar um **vínculo** com os alunos, exibindo respeito mútuo, tratando-os como pessoas e como cidadãos. Desenvolver, ainda, o espírito de solidariedade e de cooperação entre todos. As atividades em duplas, onde os portadores de necessidades educativas especiais podem trabalhar com a mediação dos demais é de grande proveito para eles.

O jogo e o brinquedo não devem ser considerados extra-classe, mas têm que fazer parte do planejamento de ensino, como atividades sistemáticas do currículo, como integrantes do "fazer pedagógico".

Como já citamos anteriormente, o Método Clínico deve ser empregado em larga escala, a fim de que se possa identificar o que o educando está pensando, facilitando como encaminhar os desafios e desequilíbrio para ele. Você já ouviu falar do Método Clínico?

- Diga palavras grandes. -
- Trem, casa, pai.
- Porque são palavras grandes?
- Porque o trem é muito comprido, a casa cabe muita gente dentro e pai é grande, ganha muito dinheiro.
- Diga agora, palavras pequenas.
- Eu digo: borboleta, bolsinha e formiga.
- Por que são palavras pequenas?
- Porque a borboleta voa pequena, a bolsinha não cabe dinheiro grande e a formiga é muito pequenininha.

Com o Método Clínico, pudemos analisar o pensamento da criança (8 anos), o que ela pensava ao dizer as palavras - para ela, **significado** e **significante** estavam muito juntos, o significante não só representava o significado, mas era o próprio significado. Por isso, trem só pode ser palavra muito grande, pois o trem é muito grande, na realidade. A palavra representa o próprio objeto, oral e escrita.

Você sabe o que é e até deve conhecer alguma criança com **altas habilidades**. Não poderíamos deixar de falar sobre elas. Podem estar numa sala de aula regular. Lembre-se que estes educandos têm pensamento divergente, o que equivale dizer que dão respostas diferentes das que são dadas por nós, respostas estas surpreendentes até! Quando isto acontecer, porque não usarmos o Método Clínico? Através dele, saberemos o processo que o aluno usou para responder nossa pergunta. Eduardo, com altas habilidades (superdotado, talentoso), tirou certa vez, nota muito baixa em Matemática. Tirou nota 3 ! A professora colocou letras maiúsculas e minúsculas a fim de que a turma fizesse dois conjuntos. Eduardo

fez o seguinte: apenas duas letras num conjunto, e as doze restantes todas no outro conjunto. Teve zero nesta questão.

Perguntamos:

- Eduardo, porque você fez os conjuntos desta maneira? Não entendi.
- Não entendeste? Estas 12 letras vêm do latim e formam um conjunto; estas 2 letras vêm do grego, e formam outro conjunto!

A professora não usou o Método Clínico e, portanto, não entendeu o pensamento de seu aluno e, a solução para uma resposta diferente foi dar-lhe zero! Várias outras respostas nesta mesma prova, estavam rigorosamente certas, visto o pensamento divergente de Eduardo. Não se pode deixar de oferecer a todos uma ação pedagógica de qualidade, em que haja a participação ativa do grupo, sob a orientação de professores bem preparados e, antes de tudo, que tenham condições emocionais para lidarem com pessoas diferentes em alguns aspectos e sejam criativos a ponto de realizarem adaptações no currículo comum que venham tornar mais fácil a adaptação do portador de necessidades educacionais especiais.

Conforme diz Saleh (1994), da UNESCO, as diferenças tornarão os professores mais versáteis, mais criativos, enriquecendo o processo pedagógico para todos. Elaboramos algumas sugestões, numa visão construtivista, que deverão ser lidas e analisadas por você, e que caberão plenamente para sua ação pedagógica. Acrescente o que achar que está faltando:

- V Realizar, periodicamente, atividades de grupo, sem abandonar o trabalho individual.
- V Desenvolver o espírito de solidariedade e de cooperação - o material da sala de aula, por exemplo, deve ser comum a todos.
- V Estimular a conversa entre o grupo, inclusive entre o grupo e o professor - a sala de aula não deve ser uma "sala de silêncio."
- V Oferecer momentos de trabalho em duplas com um "mais sabido" com um "menos sabido."
- V Discutir com o grupo, buscando soluções satisfatórias todos os conflitos que aparecerem na sala de aula, procurando também buscar suas causas.
- V Participar das atividades - por exemplo, jogos - com os alunos.
- V Estimular o aluno a estar sempre em atividade - tentando, experimentando, observando...
- V Utilizar o jogo como parte integrante do "fazer pedagógico".
- V Usar o Método Clínico para saber o que o aluno está pensando em relação ao que está fazendo. Fazer muitas perguntas, levando-o a justificar seus atos.
- V Permitir que o aluno faça sozinho, o que já for capaz de fazê-lo. Não subestime suas possibilidades.
- V Considerar o erro como "erro construtivo" pois, este representará a fase de desenvolvimento em que se encontra a pessoa. Sem criticar, mostre-lhe o "certo".
- V Planejar com os alunos como será o dia. Isto lhes dará maior segurança e clareza dos objetivos do dia.
- V Criar uma relação de respeito mútuo, de afeto e confiança. O professor é a autoridade dentro da sala de

aula, que deve sempre se colocar pela sua competência profissional e afetividade para com os alunos.

- V Valorizar a história dos alunos, sua cultura, seus valores, seu pensamento e suas emoções. Lembre-se de que eles são seres pensantes, desejantes e sociais.
- V Planejar diariamente suas aulas, deixando um tempo que ficará a escolha de cada aluno. Eles farão, neste momento o que desejarem.
- V Fazer desafios aos alunos. Eles precisam pensar para se desenvolverem.
- V Permitir que os alunos sigam caminhos diferentes para a solução de um mesmo problema. Evitar resposta única.
- V Discutir sempre com eles, antes de executarem qualquer tarefa. Será ótimo, uns poderem discutir as idéias dos outros.
- V Registrar todas as atividades feitas, escritas pelo professor ou pelos próprios alunos.
- V Avaliar em grupo, ao final do dia, o que ocorreu, como ocorreu, porque não ocorreu, com as atividades realizadas.
- V Contextualizar todas as atividades das áreas: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Artes.
- V Estimular a leitura, a escrita e a matemática presentes no cotidiano dos alunos.
- V Discutir com o grupo, questões sociais, preconceitos, valores etc.
- V Lembrar-se de que todas as pessoas - crianças, jovens e adultos - constroem seu conhecimento. Cons-

truir quer dizer, dar um cunho pessoal, individual, quando elaboramos um conhecimento sobre o objeto ou um conteúdo. Esta construção é influenciada portanto, pela emoção de cada um, pela sua história, sua cultura, seus valores e preconceitos.

EXERCÍCIOS

Após analisar o que você acabou de ler, responda às questões abaixo:

1. Você já viu no glossário o que chamamos "currículo". O que acha de se desenvolver um currículo comum para os portadores de necessidades educativas especiais?

2. O que você entendeu sobre o Método Clínico? Você o usaria? Por que?

Corrija suas respostas na página seguinte.

RESPOSTAS

1. Será muito bom, se acrescido da parte específica que cada aluno necessita. Justifico, dizendo que cada aluno irá precisar de um algo mais para atender a sua deficiência.
2. Método Clínico foi citado por Piaget, consistindo em questionar a criança, provocando suas respostas, a fim de se verificar o que ela está pensando. Eu usaria, pois desta maneira podemos saber o que a criança pensa sobre o assunto, facilitando uma análise de suas respostas e ajudando o professor na sua ação pedagógica.

Se você acertou, parabéns! Caso contrário releia o texto.

5.3. "Os PAIS COMO PARCEIROS NO DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO: PORQUE ISTO?"

Fora de dúvida, que os pais são os melhores e indispensáveis parceiros para o desenvolvimento do currículo para portadores de necessidades educacionais especiais. Uma primeira justificativa é que, na Escola, o aluno permanece, apenas, durante quatro horas, enquanto com a família são consumidas vinte horas por dia. Eis uma questão quantitativa! A segunda justificativa é que, a Escola desenvolvendo um trabalho numa visão, irá se chocar com o dia-a-dia de casa, se a família não conhece aquela visão.

Você sabia, que muitas vezes, os que lidam com a criança, no lar, avaliam que ela está rebelde, desobediente quando, na realidade, ela está se tomando autônoma, não só intelectualmente, mas também afetiva e socialmente?

Como já dissemos no texto anterior, desenvolver a autonomia dos educandos é, talvez, o principal objetivo de uma ação construtivista. Através dela, o indivíduo pode se tornar mais seguro, auto-confiante, com auto-conceito positivo. Eis uma questão qualitativa! Como bons parceiros, a família - pais, avós, irmãos - podem colaborar, e muito, na complementação do currículo que está sendo desenvolvido na Escola. Acreditamos que você já pensou no que lhe vamos dizer a seguir. Será?

A Escola não poderá deixar de trocar com a família, e estas trocas terão de ser sistemáticas e abertas. De que forma?

A família traçando o perfil de sua criança ou do seu jovem, atualizando permanentemente este perfil, de acordo com as mudanças que forem acontecendo no seu desenvolvimento, e a Escola traçando seu perfil como educando, como estudante, como cidadão, sendo atendido dentro de uma abordagem educacional que precisa ser entendida pela família. Isto só poderá acontecer, se a Escola procurar facilitar este entendimento, através de reuniões coletivas, colóquios, encontros individuais, pequenos folhetos explicativos, assistência a alguma atividade na sala de aula. Em relação, por exemplo, à questão da disciplina, a teoria de Piaget dá grandes contribuições, quando trata da autonomia moral e intelectual. Alguns problemas acontecem nesta área e, temos constatado, a família sente-se incapaz para resolvê-los. Isto deve também ser trocado com a Escola, onde muitas vezes o aluno não apresenta indisciplina. Você acredita, que numa reunião de mães à qual coordenamos, a responsável por uma menina começou a descrevê-la em casa e, então, tomamos a liberdade de perguntar se era da Rosana que a jovem mãe estava falando? Ela respondeu que sim ! A estudante era o oposto, durante os atendimentos ! Claro, marcamos uma entrevista individual para discutirmos o assunto.

E importante saber analisar o porquê do comportamento tão dispare, você não acha? O que estará acontecendo em casa, que "obriga" Rosana a se portar daquela maneira?

É preciso que a família entenda, que a disciplina não pode ser "considerada como fruto do respeito unilateral, da pressão do mais forte sobre os fracos, da autoridade exercida arbitrariamente, do dever cumprido e da obediência cega a regras impostas e exteriores aos sujeitos (MANTOAN, 1997)." A disciplina tem que ser construída no respeito mú-

tuo, na cooperação e na solidariedade, principalmente. As sanções existem, mas sanções por reciprocidade, nunca distantes, sem nenhuma ligação com o que a criança fez errado. O limite para a criança deve existir, sim.

Com a sua experiência com crianças, o que você acrescentaria ao que já foi dito?

Se você não tem esta experiência, mas de acordo com o seu bom senso o que acrescentaria?

EXERCÍCIOS

Leia as questões e marque a proposição que as completam.

1. Construir é:

- (A) conhecer um conteúdo através do outro.
- (B) interpretar, elaborar um conteúdo, dando um cunho individual.
- (C) interpretar um conteúdo, dizendo o que o outro disse.
- (D) elaborar um conteúdo, armazenando-o.

2. Os portadores de deficiência mental aprendem:

- (A) um pouco diferente das crianças ditas normais.
- (B) muito diferente das crianças ditas normais. (C) igual às crianças ditas normais.
- (D) de forma similar às crianças ditas normais, porém mais lentamente.

3. Para Piaget, a linguagem é:

- (A) sempre egocêntrica.
- (B) desde o início social.
- (C) um signo mediador.
- (D) a expressão do pensamento.

4. Para Piaget, as etapas de desenvolvimento são:

- (A) sensório-motora, pré-operatória, operatória-concreta e formal.
- (B) sensório-motora, pré-operatória, formal e dedutiva.
- (C) pré-operatória, formal, indutiva e sensório-motora,
- (D) formal, sensório-motora, dedutiva e operatória-concreta.

5. Currículos, são:

- (A) as disciplinas programadas para uma turma.
- (B) todas as atividades programadas e realizadas pela Escola.
- (C) as atividades extra-classe que o supervisor planeja.
- (D) as excursões que os alunos fazem, planejadas pelos professores.

6.0 jogo e o brinquedo devem:

- (A) fazer parte das atividades extra-curriculares.
- (B) ser considerados atividades sistemáticas do currículo.
- (C) ser usados, esporadicamente, pois distraem alunos.
- (D) ser utilizados sempre fora da sala de aula.

7. Pelo uso do Método Clínico pode-se saber:

- (A) se a resposta da criança está certa, pois o que interessa é a resposta.
- (B) se a criança não sabe nada, em relação ao assunto tratado.
- (Q) o pensamento da criança em relação ao assunto que está sendo tratado. (D) se a criança tem uma boa linguagem, que é o que interessa ao professor.

8. Os pais são parceiros importantes no atendimento aos portadores de necessidades especiais porque:

- (A) gostam muito de seus filhos.
- (B) permanecem mais tempo com eles.
- (C) entendem muito bem da parte pedagógica.
- (D) sabem tudo o que os filhos precisam.

9. A disciplina das crianças deve ser construída*

- (A) no respeito mútuo, na cooperação e na solidariedade.
- (B) no respeito mútuo, na cooperação e no castigo.
- (C) na cooperação, na solidariedade e na coação.
- (D) na solidariedade, no respeito mútuo e na coação.

10. Na educação inclusiva, os objetivos na sala de aula, em relação ao currículo, devem ser:

- (A) iguais dentro do mesmo tempo para todos.
- (B) parecidos para todos no dia-a-dia.
- (C) diferentes para os dois grupos.
- (D) os mesmos para todos, em todas as áreas.

RESPOSTAS

1. B

2. D

3. D

4. A

5. B

6. B

7. C

8. B

9. A

10. C

LEITURA COMPLEMENTAR

Segundo Marchesi e Martín (in Coll, 1995), 10 foram as tendências principais que favoreceram estas mudanças:

1 - Uma concepção diferenciada dos distúrbios de desenvolvimento e da deficiência. Antes se enfatizavam os fatores congênitos e constitucionais e se agrupavam as crianças com a mesma deficiência nas mesmas escolas específicas. Esta tendência foi substituída pela integração; deixa-se de ver a deficiência como um fenômeno autônomo próprio de um aluno, e passa-se a considerar relação à resposta educacional mais adequada. A deficiência não é mais uma categoria com um perfil clínico estável, mas é estabelecida em função da resposta educacional. O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

2- O papel determinante do desenvolvimento sobre a aprendizagem foi sendo modificado por uma concepção mais interativa. Os avanços na psicologia e nas didáticas específicas contribuíram para que se passasse a considerar os alunos com necessidades educativas especiais como indivíduos com processos especiais, não podendo simplesmente ser agrupados com outros indivíduos com deficiências semelhantes devido ao fato de suas histórias, evolutiva e educativa, serem diferentes na maioria dos casos.

3- O desenvolvimento de novas formas de avaliação, mais centradas nos processos de aprendizagem, possibilitaram o conhecimento das potencialidades educacionais dos alunos portadores de necessidades educativas especiais.

4- A existência de um número cada vez maior de professores

e profissionais especializados tentando encontrar novas estratégias educacionais.

5- As mudanças produzidas nas escolas regulares, que se viram diante da tarefa de ter de ensinar a todos os alunos que a elas chegavam, apesar de suas diferenças.

6- A evasão escolar, e o conseqüente "fracasso escolar", seja devido a fatores sociais, culturais ou educacionais levou a uma reavaliação sobre os limites entre a normalidade, o fracasso e a deficiência. Isso também levou a uma reavaliação sobre que alunos devem ir para a escola regular e que alunos devem ir para uma escola especial. A partir deste momento, o acesso dos alunos com necessidades educativas especiais à escola regular começou a tomar vulto, como opção cada vez maior de estratégia de atendimento.

7- O baixo resultado de grande parte das escolas regulares com um gicmctenú^Tierodedunc^acaidsênciadaheteiDg aluna do levou uma redefinição definição de objetivos.. A escola precisa fazer uso de outras formas de escolarização, para contempla a diversidade de seu corpo discente.

8- O aumento de experiências bem sucedidas de integração no mundo todo contribuiu para a criação de um clima favorável, por parte das escolas brasileiras, à aceitação do processo de integração.

9- O enfoque de participação comunitária em serviços sociais e de saúde possibilitou a ampliação do sentido da normalização, isto é, que todos os cidadãos podem se beneficiar dos mesmos serviços, evitando criação de sistemas paralelos.

10- O aumento da sensibilidade social de que educação fundamental é um direito de todos contribuiu para a diminuição da segregação.

ANEXO I

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Sobre os princípios e prática em Educação Especial.

Reafirmando o direito à educação de cada indivíduo, conforme mencionado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 : e renovando a demanda feita pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre a Educação Para Todos em 1990 de assegurar os direitos de todos, independentemente de diferenças individuais:

Reconvocando as várias Declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.

Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria no acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializadas e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial.

1. Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, em assembléia aqui em Salamanca, Espanha,

entre 7 a 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade de urgência do providenciamento de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino, e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações do governo e organizações sejam guiados.

2. Acreditamos e Proclamamos que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível adequado de aprendizagem.
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades da aprendizagem que são únicas.
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- Atribuem mais alta prioridade financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tomarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fontes para agir de outra forma.
- Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios com países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- Estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
- Invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

4. Nós também congregamos a comunidade internacional: em particular, nós congregamos:

- Governos com programas de cooperação internacional, agências financiadoras internacionais, especialmente as responsáveis pela Conferência Mundial em Educação para Todos, UNESCO, UNICEF, UNPD e o Banco Mundial.
- A endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais.
- As Nações Unidas e suas agências especializadas, em particular a ILO, WHO, UNESCO e UNICEF
- A reforçar seus estímulos de cooperação técnica, bem como reforçar suas cooperações e redes de trabalho para um apoio mais eficaz a já expandida e integrada provisão em educação especial.
- Organizações não-governamentais envolvidas na programação e entrega de serviços nos países:
 - V a reforçar sua colaboração com as entidades oficiais nacionais e intensificar o envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva.
- UNESCO, enquanto a agência educacional das Nações Unidas:
 - V a assegurar que educação especial faça parte de toda discussão que lide com educação para todos em várias arenas.
 - V a mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidades educacionais especiais.
 - V a estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabeleci-

mento de centros regionais de informação e documentação; e da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração.

V a mobilizar fundos através da criação (dentro de seu próximo Planejamento a Médio Prazo, 1996-2000) de um programa extensivo de escolas inclusivas e programas de apoio comunitário, que permitiriam o lançamento de projetos-piloto que demonstrassem novas formas de disseminação e o desenvolvimento de indicadores de necessidade e de provisão de educação especial.

5. Por último, expressamos nosso caloroso reconhecimento ao governo da Espanha e à UNESCO pela organização da Conferência, e demandamo-lhes realizarem todos os esforços no sentido de trazer esta Declaração e sua relativa Estrutura de Ação à atenção da comunidade mundial, especialmente em eventos importantes tais como o Tratado Mundial de Desenvolvimento Social (em Kopenhagem, em 1995) e a Conferência Mundial sobre a Mulher (em Beijing, em 1995).

Adotada por aclamação, na cidade de Salamanca, Espanha, neste décimo dia de junho de 1994.

BATE PAPO FINAL

Então o que você pensa sobre inclusão? Esta idéia está correndo mundo..

Você, sua escola e sua cidade querem ficar para trás?

Lembre-se o que a Professora Nichinda nos falou que não podemos pensar humildemente...

Você não concorda que devemos, como educadores nos aprofundar mais nas questões que surgem sobre inclusão? Que a nós cabe a parte significativa da divulgação desta idéia? O que podemos fazer?

V Discutir com a equipe da escola.

V Conversar com os vizinhos.

V Tocar nesse assunto nas visitas que fazemos, nas conversas na pracinha.. e falar com nossos filhos.

O que mais? Nós todos temos que ser parceiros na luta contra a discriminação dos portadores de NEE. Precisamos construir uma sociedade inclusiva.

Você já pensou que deverá ser um grande desafio para o professor de classe regular, a aceitação das mudanças nos procedimentos que usa em sua sala de aula? Pesquisas mostram que ele parece não aceitar estas mudanças..

Analise como você trabalha em sua sala e relacione quais são os elementos facilitadores da inclusão. Quer uma ajuda? Sua classe é homogênea ou heterogênea? Se é heterogênea já é uma condição para a inclusão ! Responda: -Você ensina do mesmo modo para todas as crianças? Não há algumas que você tem que se deter um pouco mais e explicar de

"outra maneira?" Quando você faz isto está individualizando o ensino que também é condição de trabalho na inclusão. Poderíamos encontrar outros aspectos... o portador de NEE não é tão diferente assim... Todas as crianças têm mais pontos em comum do que diferenças.

qual a nossa participação e compromisso como educadores na defesa da sociedade para todos? Esta preocupação só está restrita à área da educação? Será que podemos ser inclusivistas frente aos alunos portadores de NEE e segregadores frente aos meninos de rua?

Após este bate papo com você, chegamos ao final do nosso Curso. Acreditamos que você será um elemento multiplicador das idéias inclusivistas, permitindo assim, que os portadores de necessidades educativas especiais possam exercer plenamente seu direito à cidadania

GLOSSÁRIO

Abstração	que expressa qualidade ou característica separada do objeto a que pertence ou está ligada.
Auto-conceito positivo	pensamento de qualidade em relação à própria pessoa, auto-valorização, auto-estima positiva.
Bilingüismo	o fato da pessoa surda usar a linguagem oral e a língua de sinais conjuntamente.
Cognitivo	relativo ao conhecimento.
Colóquios	pequenos grupos que trocam sobre um determinado assunto.
Conservação	reconhecimento de que uma propriedade como número, comprimento e quantidade permanece a mesma apesar das mudanças de forma, posição ou grupamento.
Conservadora	a pessoa que tem conservação.
Corrente principal (mainstreaming)	"Significa levar os alunos o mais possível para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade." (Sassaki, 1997).

Currículo	são todas as atividades planejadas e realizadas pela escola.
Desinstitucionalização	"retirada dos portadores de necessidades educativas especiais, das instituições especializadas objetivando integrá-los à sociedade."
Desrotulação	retirada dos rótulos e classificações que contribuem para a discriminação do portador de necessidades educativas especiais.
Educação inclusiva	"Significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílio e apoios, em classes adequadas à idade, em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade." (Centro Nacional de Reestruturação e Inclusão Educacional, 1994).
Estrutura	refere-se às construções mentais mais complexas (lógicas, operatórias etc); elas são reversíveis, isto é, as ações representadas podem ser conhecidas nos sentidos de ida e volta.

Incapacidade	resultado da relação da pessoa deficiente ou não com o meio (ONU, 1982).
Inclusão	é a inserção plena e incondicional do aluno portador de necessidades educacionais especiais, incluindo os com distúrbios severos e com múltiplas deficiências, na escola regular, desde o início de sua escolarização.
Inclusão de classes	é um tipo de estrutura de pensamento que possibilita à criança formar macro-classes. Ex.: poucas rosas e muitas margaridas - todas são flores.
Mediador	que intervém, que é intermediário.
Método Clínico	citado por Piaget, consiste em acompanhar o pensamento da criança, ao realizar uma atividade, através de um diálogo entre ela e o professor.
Sanção por reciprocidade	é aquela em que há relação de conteúdo; a natureza entre a falta e a punição e o rigor da punição é proporcional à gravidade da falta. Ex.: a criança rasga um livro e deve consertá-lo.

Significado	representação mental que a palavra evoca; é o próprio objeto evocado.
Significante	substituto do objeto, por exemplo a palavra oral.
Vínculo	o que está ligado, entrosado, unido afetivamente.
Zona de desenvolvimento proximal	é a distância entre o desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia y aparatos ideológicos de Estado. Escritos. Barcelona, Editorial Laia, 1975.
- AMARAL, L.A. Pensar aDiferença/Deficiência. Brasília:Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.
- ASSOOANON DU QUÉBEC POUR L'INTÉGRATION SOCIALE. Intégration scolaire des élèves présentant une déficience intellectuelle. Montreal. Québec: Association du Québec pour l'intégration sociale, 1994.
- BLACKHURST, A. Edward, BERNDINE, Willian H. An introduction to special education. Boston: Little Brown and Company, 1981.
- CADERNOS CEDES, 28. ESTEBAN, MariaTeresa. Repensando o fracasso escolar. São Paulo: Papirus: 1992.
- CASTORINA, José Antonio et al. Piaget - Vygotsky. São Paulo: Ática, 1995.
- Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- DE LA TAILLE, Yves et al. Piaget, 'Vygotsky e Wallon. SãoPaulo:Summus,5ed., 1992.

- DENARI, Fátima Elizabeth. Análise de critérios de procedimento para composição de clientela classes especiais para deficientes mentais educáveis. In: Terceiro Ciclo de Estudos sobre Deficiência Mental, 1986. São Paulo. Anais São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas, 1986.
- DOTTI, Couria - Fracasso Escolar e Classes Populares. In: Paixão de Aprender. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EDLERCARVALHO, R. Anova LDB e Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- FERREIRA, Izabel Neves. Caminhos do aprender: uma alternativa educacional para a criança portadora de deficiência mental. Rio de Janeiro : ABT, 1998.
- FERREIRO, Emilia. Com todas as letras. São Paulo: Cortez, 1992.
- FONTES, V. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada, in Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, vol 2, nº 3, Jun. 1997. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- FOUCAULT, M. A História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção "Estudos", 1978.
- FREIRE, Paulo, FAGUNDEZ, Antônio. Por uma pedagogia da pergunta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1985.
- FREITAS, Lia. A produção de ignorância na escola. São Paulo: Cortez, 1989.

- GARCIA, Santiago Molina. Deficiência mental: aspectos psicoevolutivos. Málaga: Aljibe, 1994.
- GARDNER, Howard. Inteligência múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GOFFMAN, Erving. Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Integração ou Segregação? O discurso e a prática das Escolas Públicas da Rede Oficial do Município do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ, 1991.
- HICKEL, Neusa. Um olhar especial na educação: contribuição do construtivismo para a educação especial. In: Construtivismo pós-piagetiano. Petrópolis: Vozes, 1991.
- JANGIRA, N. K. Formación de docentes - estrechar las diferencias. In : EFA - 2000 - Ocultos y necesitados. UNESCO, n.15. abr/jun. 1994.
- JANNUZZI, Gilberta. Integração Escolar A Grande Questão. In : Revista Brasileira de Deficiência Mental. Riode Janeiro, ABDM, 1995.
- JONSSON, Ture. Inclusive education. Nações Unidas. Programa Interregional para pessoas deficientes, 1997.
- LOBO, Lilia Ferreira. O Excepcional e a norma. In: Teoria Crítica, nº 1, ano I, s.d. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEE, 1993.
- LOFFREDI, Olga Nietta. Educação Especial. In: Em Aberto. Brasília, n.13. p. 09-10, fev., 1983.

- MACEDO, Lino de. Ensaios construtivistas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- MANTO AN, Maria Teresa Eglér. Ser ou estar: eis a questão. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- MARCHESI, Alvaro e MARTÍN, Elena. Da Terminologia do Distúrbio às Necessidades Educacionais Especiais. In COLL et ali. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar. Porto Alegre : Artes Médicas, 1995, v.3.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Secretaria Nacional de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1993.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. "Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1995.
- OLIVEIRA, R. D. de. Elogio da diferença: o feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PEREIRA, O. et alli. Educação Especial: atuais desafios. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- REGO, Teresa Cristina. Vigotsky - aprendizado e desenvolvimento, um processo histórico. São Paulo: Scipione, 1995.
- RIBAS, João B. Cintra. O que são pessoas deficientes. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e Diversidade Cultural. In SILVA, T. T. da. Territórios Contestados. Petrópolis: Vozes, 1995.

- SANTOS, Monica P. dos. Educação Especial: Integrada ou Paralela? in Revista Vivência. Fundação Catarinense de Educação Especial, 1 ° semestre 1992,nº11,1992,nº11.
- SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: teorias da Educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1986.
- SCHNEIDER, Dorith. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, Gilberto. Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SEMINÁRIO REGIONAL DEL CONO SUR. Compromisso de Montevideo; Provetto "Crescer juntos em la vida comunitária". Montevideo, abr. 1995.
- TEBEROSKY, Ana et al. Além da alfabetização. São Paulo: Ática, 1996.
- UNESCO. A Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial. Salamanca, Conferência Mundial sobre necessidades em Educação Especial, 1994.
- VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: VELHO, Gilberto. Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



Impressão e acabamento:
Prática Gráfica e Editora Ltda.
Tel. (061) 344-1819 - Fax: (061) 344-1844
Brasília - DF

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - Bloco "L", 6º Andar, Sala 600
700747-901-Brasília-DF
FONE: (061)410-8651
FAX: (061)321-9398
E-Mail: Seesp@[mec.gov.br](mailto:Seesp@mec.gov.br)

Publicação autorizada ao Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial -1998 pela FUNDAÇÃO ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO - FESP-RJ. Av. Carlos Peixoto, 54 Botafogo - Rio de Janeiro - RJ 22290-090 Tel. (021) 295-6887 <http://www.fesp.rj.gov.br>

Apoio: UNESCO

rasa

Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Especial

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)